A NOVA ROTA DA SEDA PARA A COOPERAÇÃO E A PAZ

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

ACTAS

FICHA TÉCNICA

EDIÇÃO
Instituto Sun Wen_Song Qingling
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China _ CCDPCh
Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS-CASS)
Liga dos Chineses em Portugal
Observatório da China
Editoras da LAC e MC2P (Apoio Técnico)

EDITOR
António dos Santos Queirós

AUTORES
António dos Santos Queirós
Carlos Branco
He Wei
I Ping Chow
Júlio Pereira
Pinto Ramalho
Rui Lourido
Zhang Bin
Zhao Bentang

IMPRESSÃO
Impressões de Coimbra
Estrada de Coselhas Lote 16, R/C Dto, 3000-125 Coimbra

PAGINAÇÃO
Joana Capelo

ISBN
978-972-8659-63-9

DEPÓSITO LEGAL
539887/24

CONTACTOS
Web page e mail

https://ccdpch.com/
https://www.observatoriodachina.org/index.php/pt/
https://www.facebook.com/
CamaraDeCooperacaoEDesenvolvimentoPortugalChina/
camaracoopdespch@gmail.com
https://www.facebook.com/observatoriodachina.pt
https://www.facebook.com/profile.php?id=100069497344545
https://www.facebook.com/profile.php?id=100068233494234

APOIOS À EDIÇÃO
Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China _ CCDPCh
Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS-CASS)
Liga dos Chineses em Portugal
Observatório da China

ÍNDICE DE COMUNICAÇÕES

NATION AGENCY OF NEWS (LUSA) AND NATIONAL TELEVISION, GIVING NOTICE FROM THE CONFERENCE 17

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, SOB O SIGNO DA COOPERAÇÃO E DA PAZ, NA CRI CHINA RÁDIO INTERNACIONAL 23

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA
MODERADORES 29

ZHAO BENTANG
EMBAIXADOR DA CHINA EM PORTUGAL 32

Y PING CHOW
PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE COOPERAÇÃO E AMIZADE PORTUGAL-CHINA PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-CHINESA_PME 36

HE WEI
DIRECTOR INVESTIMENT AND FINANCING SERVICE OFFICE OF CENTER FOR SME COORPORATION DEVELOPMENT 38

RUI LOURIDO
PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO PARA A CHINA E COORDENADOR CULTURAL DA UCCLA.
10 YEARS OF THE NEW SILK ROAD - COOPERATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND PEACE 44

ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS
PROF. DR. ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS. UNIVERSITY OF LISBON, CFUL. SECRETARY GENERAL OF THE PORTUGAL CHINA CHAMBER OF COOPERATION AND DEVELOPMENT, CCDPCH AND VICE PRESIDENT OF THE CHINA OBSERVATORY.
BUILD EUROPE AND CHINA'S CONSENSUS TOWARDS A PEACEFUL, DEMOCRATIC, AND SUSTAINABLE FUTURE FOR HUMANITY 50

GENERAL JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO
PRESIDENTE DA LIGA DA MULTISSECULAR AMIZADE PORTUGAL
O CONFLITO ASSIMÉTRICO E O DESAFIO DA RESPOSTA 58

CHINA THE BELT AND ROAD INICIATIVE", OPPORTUNITY TO PROMOTE INTERNATIONAL COOPERATION ON CYBERSPACE 72

JÚLIO PEREIRA
EX-SUBDIRETOR-GERAL DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA (SIS) E SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP, JURISTA E INVESTIGADOR, PRESIDENTE
DO ICODEPO
REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS DE MACAU E HONG KONG 76

CARLOS BRANCO
GENERAL-DE-BRIGADA, ANTIGO DIRETOR DA DIVISÃO DE COOPERAÇÃO E SEGURANÇA REGIONAL DO ESTADO-MAIOR INTERNACIONAL DA NATO, INVESTIGADOR DO IPRI E INVESTIGADOR ASSOCIADO DO IDN.
A CHINA E A INICIATIVA DE SEGURANÇA GLOBAL 86

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

A NOVA ROTA DA SEDA PARA A COOPERAÇÃO E A PAZ

PROGRAMA

SESSÃO PREPARATÓRIA: 2 DE OUTUBRO DE 2023. HORÁRIO: 9H30 – 13H00, LISBOA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

SESSÃO PLENÁRIA: 3 DE OUTUBRO DE 2023. HORÁRIO: 9H30 – 18H00, PORTO

A IV Conferência foi uma iniciativa da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal China _ CCDPCh e do Observatório da China, com a União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, e ganhou novas parcerias, tendo como coanfitriões o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China, o Centro Cultural e Científico de Macau, a Fundação Manuel António da Mota e o Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS-CASS), da China. Combinou apresentações presenciais e online de municípios, associações, universidades, politécnicos e entidades empresariais de todo o país, que estão atualmente a desenvolver projetos de cooperação e intercâmbio.

A Nova Rota da Seda, que assinala 10 anos do seu lançamento, bem como a parceria estratégica Europa-China, constituíram o núcleo central desta Conferência, que pretende responder a questões cruciais para a cooperação e o comércio, contribuir para o abrandamento da tensão entre a Europa e a China e, desta forma, reforçar a parceria estratégica entre Portugal e a China. Pretendemos, através do debate de diferentes opiniões, contribuir para a construção de um futuro pacífico e comum para a Humanidade, baseado na escolha por cada país do seu próprio caminho para a democracia e o desenvolvimento sustentável.
Foi para analisar este novo quadro internacional em desenvolvimento que a organização convidou académicos, economistas, militares, empresários, decisores políticos e financeiros com reconhecida influência nas relações entre os dois países, o que certamente tornará mais interessante o estudo das oportunidades e desafios da cooperação e o seu desenvolvimento.

09h45-11h10 – SESSÃO DE ABERTURA

10h00 – Boas-vindas. António da Mota, em representação do Grupo Mota--Engil e do Conselho de Administração da Fundação António Manuel da Mota

10h05 – Zhao Bentang, Embaixador da China em Portugal;

10h15 – Paulo Jorge Nascimento, Embaixador de Portugal na China;

10h25 – He Wei, Director Investiment and Financing Service Office of Center for SME Coorporation Development and Promotion 10.35h- Zhang Bin, Vice--Diretor e Investigador Sénior, Instituto de Economia Mundial e Política, Academia Chinesa de Ciências Sociais (IWEP-CASS); Professor, Escola de Política Internacional e Economia, UCASS

10h45 – Drª. Catarina Rocha Ferreira, deputada do PSD, presidente do Grupo Parlamentar da Amizade Portugal-China

10h55 – Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses e Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China

11h00-11h20 – Dr. Rui Lourido, Presidente do Observatório para a China e Coordenador Cultural da UCCLA. 10 Anos da Nova Rota da Seda - Cooperação ao serviço do desenvolvimento sustentável e da paz

11h20- 11h40 – Pausa para café

11h40- 13h00 – 1ª Mesa redonda/debate
Moderador: Prof. Dr. Paulo Duarte, Prof. Assistente da Universidade do Minho e da Universidade Lusófona do Porto
TEMAS:

- A Nova Rota da Seda
- Acordo Global de Investimento China-UE
- O alargamento dos BRICS
- A Iniciativa de Desenvolvimento Global (GDI)
- Projeto Grande Baía - Hangqin
- A Parceria Económica Global Regional (RCEP)
- Professora Dra. Maria Fernanda Ilhéu, ISEG Executive Education Lisboa. Administradora da Fundação Jorge Álvares. Presidente da Associação Amigos da Nova Rota da Seda
- Dr. António Lei, Diretor de Desenvolvimento Económico de Hangqin (Projeto Grande Baía - Hangqin)
- Dr. Pedro Jordão, Presidente do Centro de Investigação Internacional (Belt andRoad). O Potencial e as Limitações de Impacto Global)

13h00 – 14h30 – Almoço

14h30-14h50 – A visão da China de um futuro comum para a humanidade e seu projeto de Ecocivilização. Conferência, pelo Prof. Dr. António dos Santos Queirós. Secretário-Geral da CCDPCh (Câmara de Cooperação e Desenvolvimento Portugal-China) e Vice-Presidente do Observatório para a China.

14h50-16h00 – 2ª Mesa-redonda/debate

14h50 – A segunda mesa-redonda é coordenada pelo General Pinto Ramalho, presidente da Liga da Multissecular Amizade Portugal- China, sobre:

TEMAS:

- A Iniciativa de Segurança Global para a Paz
- Um país, dois sistemas: As Regiões Especiais de Macau e Hong Kong
- Vantagens e problemas da cooperação económica Portugal-China
- Participantes:

- Desembargador Conselheiro Júlio Pereira, ex-Subdiretor-Geral dos Serviços de Informação e Segurança (SIS) e Secretário-Geral do SIRP, jurista e investigador, Presidente do ICODEPO. Um país, dois sistemas: As Regiões Especiais de Macau e HongKong.
- General-de-Brigada Carlos Branco, antigo Diretor da Divisão de Cooperação eSegurança Regional do Estado-Maior Internacional da NATO, investigador do IPRI einvestigador associado do IDN.

16h00-16h30 – Pausa para café

16h30-18h00 – 3ª Mesa-redonda/debate.
Convidados internacionais

Sob o alto patrocínio do Instituto Nacional de Estratégia Global da Academia Chinesa de Ciências Sociais (NIGS-CASS)

Para compreender o caminho chinês para uma Nova Era

- Zhang Bin, Vice-Diretor e Senior Fellow, Instituto de Economia Mundial ePolítica, Academia Chinesa de Ciências Sociais (IWEP-CASS); Professor daEscola de Política Internacional e Economia da UCASS. *"O potencial decrescimento económico e os desafios da China"*
- GAO Haihong, Senior Fellow, Chefe do Centro de Investigação para as Finanças Internacionais, IWEP-CASS; Professor da Escola de Política Internacional e Economia, UCASS "A Nova Rota da Seda e internacionalização RMB
- GAO Lingyun, Senior Fellow, Diretor do The Journal of World Economy, IWEP-CASS; Professor, Escola de Política Internacional e Economia, UCASS *"Tendências e Desafios na Cooperação de Investimento China-Europa"* • CHANG Shuyu's, Editor da China & World Economy, IWEP-CASS. *"Os fluxos de capitais transfronteiriços de curto prazo da China"*

18h00 – SESSÃO DE ENCERRAMENTO:

– Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses e Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China

A Conferência foi saudada por Sua Excelência o Sr. Presidente da República, Porfessor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa,

A coordenar a organização da conferência estiveram o Sr. Y Ping Chow_ Presidente do Conselho de Administração da Câmara de Comércio Portugal China, das Pequenas e Médias Empresas_CCPC-PME e da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal – China; o Dr. José Domingues dos Santos - Diretor da CCDPCh; o Vice-Presidente do Observatório e Secretário-Geral da CCDPCh. Prof. António dos Santos Queirós e o Presidente do Observatório da China, Dr. Rui D' Ávila Lourido.

Os oradores e participantes, nacionais e internacionais, puderam optar por participar presencialmente no auditório da Fundação, ou online.

E-mails para inscrição:
1. camaracoopdespch@gmail.com
2. geral@observatoriodachina.org
3. ypingchow@gmail.com

A participação gratuita, implicava uma pré-inscrição por e-mail, indicando o nome, função e modo de participação preferido (online ou presencial).

Presidência da República

Casa Civil

Exmo. Senhor
António dos Santos Queirós
Comissão organizadora da IV Conferência
Internacional de Cooperação Portugal-China
adsqueiros@gmail.com

Estimado Senhor António Queirós,

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da República de agradecer o convite que V.Exa. lhe dirigiu em 22 do passado mês de setembro, convidando-o para a *IV Conferência Internacional de Cooperação Portugal-China* que se realizou na Fundação António da Mota no Porto, nos dias 2 e 3 de outubro.

Não tendo sido possível a Sua Excelência o Presidente da República corresponder a tão amável convite, por manifesta indisponibilidade de agenda, pede-me que transmita os melhores votos para a União das Associações de Amizade e Cooperação Portugal-China.

Com os meus melhores cumprimentos,

A Consultora Diplomática

Maria Amélia Paiva
Embaixadora

Pº 34837 / 15175
ARI/MSL/MA

10 10°23 09181

IN MEMORIA E HOMENAGEM

Ao Dr. José Alberto G. Domingues dos Santos, membro da direção da CCDPCh e um dos fundadores da União das Associações de Amizade e Cooperação, Portugal-China.

Neste ano do seu falecimento, ele tinha sido escolhido como candidato à presidência da CCDPCh e seria o novo presidente da União. Com o seguinte fundamento:

"O Dr. José Domingues dos Santos, deverá doravante ocupar o lugar de presidente, com funções de representação, sem nenhuma sobrecarga de trabalho administrativa ou outro ónus. A sua figura de jurista e cidadão, simultaneamente congregadora e proativa e reconhecida a nível regional, mas também projetada internacional e nacionalmente, permite-lhe conferir à função presidencial um conjunto de atributos que a vão valorizar".

É com este epitáfio, que o recordamos.

NOTA DE PESAR

A Senhora Bastonária Dra. Fernanda de Almeida Pinheiro e o Conselho Geral manifestam o seu pesar mais profundo pelo falecimento da Colega Dr. Domingues dos Santos.

O Dr. Domingues dos Santos nasceu em 11 de abril de 1952. Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 10 de fevereiro de 1978. Inscreveu-se como Advogado em 23 de fevereiro de 1980 e exerceu advocacia na Comarca do Porto.

Faleceu aos 72 anos em 20 de junho de 2024.

RTP LUSA
Agência de Notícias de Portugal, S. A.

NATION AGENCY OF NEWS (LUSA) AND NATIONAL TELEVISION, GIVING NOTICE FROM THE CONFERENCE

CRISE DE CRESCIMENTO NA CHINA É OPORTUNIDADE PARA QUALIFICAR TRABALHADORES, DIZ ANALISTA

por Lusa
https://www.rtp.pt/noticias/mundo/crise-de-crescimento-na-china-e-oportunidade-para-qualificar-trabalhadores-diz-analista_n1518375

O vice-diretor do Instituto de Economia Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhang Bin, defendeu hoje que o arrefecimento da economia da China é uma oportunidade para o país qualificar a sua mão de obra.

Zhang Bin admitiu que, nos últimos 10 anos, a economia chinesa cresceu a níveis muito inferiores ao de décadas anteriores, mas disse que esta situação deve ser olhada de forma positiva, como uma oportunidade para mais investimento e para acumular conhecimento.

"Este é o momento para a China apostar em investir nas suas infraestruturas e no capital humano intensivo", defendeu o investigador da Academia Chinesa de Ciências Sociais, num painel da IV conferência internacional de cooperação Portugal-China, que hoje se realizou no Porto, assinalando os 10 anos do lançamento da Nova Rota da Seda e a parceria estratégica Europa-China 20, colocando como objetivo contribuir para o "abrandamento da tensão entre a Europa e a China".

Zhang recusou-se a atribuir a alteração estrutural no ritmo de crescimento económico chinês a fatores que, disse, muitas vezes são apontados nos `media` internacionais, em particular o aparecimento de uma `bolha` imobiliária de elevado nível de risco ou o aumento exponencial da dívida pública da China.

"As razões devem ser procuradas noutro lugar. Desde logo no arrefecimento da procura interna e externa, que afetou os níveis de produção e de exportação dos principais setores da economia chinesa. Mas, também devem ser procuradas na falta de capital humano intensivo", explicou o professor do Instituto de Economia Mundial e Política.

O investigador defendeu que este momento de arrefecimento da economia chinesa deve ser olhado não como uma crise, mas como uma oportunidade, lembrando que nos últimos anos a China passou a fazer uma aposta na qualidade dos seus produtos e por acumular conhecimento para prosseguir essa trajetória de qualificação.

"Este não é o momento para procurar mais expansão. Este é o momento para investir e para acumular `know how`", disse Zhang, referindo-se às possibilidades de alargamento de zonas de influência comercial propiciados pela Nova Rota da Seda, que devem ser aproveitadas para aprender com outros sistemas, mais do que para serem vistos como novos mercados.

O vice-diretor do Instituto de Economia Mundial e Política assinalou ainda que, quando se compara o arrefecimento da economia chinesa com o comportamento das economias de países desenvolvidos, é possível perceber a falta de procura externa.

Apesar da sua perspetiva otimista sobre o desempenho da economia chinesa, Zhang Bin mostrou-se preocupado com o aumento de desemprego na China, decorrente do arrefecimento da produção.

"Mais uma razão para se aproveitar este momento para qualificar a mão de obra na China", disse o investigador.

A conferência foi uma iniciativa da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal-China (CCDPC), da União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China e do Observatório da China, tendo como coanfitriões o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China, e realizou-se no auditório da Fundação Manuel António da Mota, no Porto.

CHINA QUER INFLUENCIAR ORDEM INTERNACIONAL E NÃO ALTERÁ-LA, CONSIDERAM ANALISTAS

por Lusa
https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-quer-influenciar-ordem-internacional-e-nao-altera-la-consideram-analistas_n1518372?fbclid=IwAR2fHNlWMunameP5PnqrsI5k-fhyN9hc0-Ull_aREtGQ5WFxctw6ZU3KLys

Dois especialistas na política chinesa defenderam hoje que a China segue uma estratégia de "realismo defensivo" e que não deseja alterar na ordem internacional, mas antes ganhar protagonismo a partir do seu interior.

O general Carlos Branco, antigo Diretor da Divisão de Cooperação e Segurança Regional do Estado-Maior Internacional da NATO e investigador, lembrou as recentes palavras do Presidente chinês, Xi Jinping, no fórum de Davos, assumindo que "continuava comprometido com a segurança comum abrangente e sustentável".

"A China está comprometida com a soberania de todos os países. Isto é realismo defensivo, que contrasta com a posição chinesa da era da Guerra Fria, de realismo ofensivo, quando teve presenças de força em África e na Ásia", lembrou Carlos Branco.

Em idêntico sentido, Júlio Pereira, ex-subdiretor-geral dos Serviços de Informação e Segurança (SIS) e secretário-geral do SIRP, jurista e investigador, presidente do ICODEPO, lembrou que a China não quer ter uma vocação intervencionista, o que pode sossegar o Ocidente relativamente à posição de Pequim perante uma eventual aliança com Moscovo para a invasão da Ucrânia.

"Um líder da Malásia dizia, há pouco tempo, que o seu país tinha relações com

a China há cerca de dois mil anos e nunca tinha tido problemas. Há 500 anos chegou lá um país ocidental e tiveram logo problemas. Esse país era Portugal", recordou Júlio Pereira na sua intervenção num painel sobre a Iniciativa de Segurança Global para a Paz.

O painel integrava a IV conferência internacional de cooperação Portugal-China, que hoje se realizou no Porto, assinalando os 10 anos do lançamento da Nova Rota da Seda e a parceria estratégica Europa-China 20, colocando como objetivo contribuir para o "abrandamento da tensão entre a Europa e a China".

Para o general Carlos Branco, o Presidente Xi Jinping definiu uma estratégia de expansão global onde quis deixar muito claro que "o país está comprometido em colaborar na resolução de disputas regionais e em solucionar desafios globais", o que ajuda a compreender o seu posicionamento perante o conflito na Ucrânia.

"A China apresentou um plano de paz para a Ucrânia em 12 pontos, que ilustra muito bem o seu respeito pela estratégia de segurança global, tirando proveito do seu protagonismo", argumentou Branco.

O general lembrou que a China já teve um papel importante na mediação entre a Arábia Saudita e o Irão e procura agora um deslocamento das suas atenções geopolíticas para o sul, sobretudo na América Latina e em África -- um interesse perfeitamente ajustado à sua estratégia da Nova Rota da Seda, lembrada nesta conferência no Porto.

Júlio Pereira aproveitou para recordar uma sua proposta, feita junto do Governo chinês, para aproveitar a secular proximidade entre Portugal e a China, de criação de um centro de Sinologia em Macau.

"Quando pouca gente na Europa ainda se recordava da China, nós nada fizemos", lembrou este especialista, dizendo que esta pode ser uma "oportunidade única" para Portugal não desperdiçar a sua influência na Ásia.

A conferência foi uma iniciativa da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal-China (CCDPC), da União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China e do Observatório da China, tendo como coanfitriões o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China, e realizou-se no auditório da Fundação Manuel António da Mota, no Porto.

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA, SOB O SIGNO DA COOPERAÇÃO E DA PAZ, NA CRI CHINA RÁDIO INTERNACIONAL

A conferência foi uma iniciativa da Câmara de Cooperação e Desenvolvimento de Portugal-China (CCDPC), da União de Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China e do Observatório da China, apoiados pelo Instituto Nacional de Estratégia Global (NIGS-CAS), da China, tendo como coanfitriões o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-China, o Centro Cultural e Científico de Macau, lugar da primeira jornada em Lisboa (02.10) e a Fundação Manuel António da Mota, no Porto (03.10). Nela participaram, em presença e online, representantes das principais corporações empresarias, das universidades, municípios, fundações culturais e a generalidade das entidades que cooperam com a RPCh, incluindo representações dos países de língua portuguesa. Em representação dos respetivos governos, intervieram o Embaixador da China em Portugal; Zhao Bentang e o Embaixador de Portugal na China, Paulo Jorge Nascimento. O Sr. Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses e Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China, presidiu aos trabalhos.

A COOPERAÇÃO PARA O PROGRESSO E LONGEVIDADE DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Em nome do Centro de Cooperação e Promoção do Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas da China, o Diretor He Wei apresentou um projeto integrado, para o desenvolvimento e sustentável das pequenas e médias empresas, de Portugal e da China.

Nele destacamos:

"Para esta visita a Portugal, trouxemos connosco um pacote de intenções de cooperação e planos de cooperação, da parte de grupos de empresas chinesas empenhadas sinceramente nesta missão. Aqueles incluem: novas soluções abrangentes de armazenamento de energia comercial e doméstica em termos de segurança energética. As empresas chinesas relevantes esperam muito cooperar com as empresas portuguesas para construir em conjunto uma rede das lojas de 4S de armazenamento de energia em Portugal ou na Europa. O nosso sistema de "microgrid" foi aplicado no Centro

Nacional de Dados de Angola e em 106 ilhas (hotéis) nas Maldivas.

As empresas chinesas de veículos de energia renovável também esperam construir em Portugal uma base de fabricação para novos veículos completamente movidos a eletricidade ou baterias de carregamento e outros equipamentos.

Esperamos também contar com a posição central de Portugal nas relações com os países de língua portuguesa para promover os produtos acima referidos nesses países.

A cooperação global para o desenvolvimento em algumas regiões de Portugal e alguns projetos agrícolas são também aspetos importantes da cooperação…

Além disso, também estamos atentos a projetos de cooperação no campo do comércio de serviços, como o financiamento transnacional da cadeia de suprimentos que prestam serviços para os projetos acima mencionados.

Acreditamos que, com a ligação entre Portugal e Macau, podemos criar uma cadeia de comércio, informação, liquidação e outras trocas entre as zonas de comércio livre Portugal-Macau-China continental. Não só permitir que Portugal, os países de língua portuguesa e até a Europa participem no desenvolvimento económico da China, mas também contribuir para que as empresas chinesas se desenvolvam melhor na Europa e nos países de língua portuguesa, através da parceria com Portugal."_ afirmou He Wei.

António Lei, Diretor de Desenvolvimento Económico de Hangqin (Macau), apresentou então o Projeto Grande Baía.

A CHINA, DEFENSORA DA ESTRATÉGIA DE SEGURANÇA INDIVISÍVEL

O Major-General Carlos Branco, antigo Diretor da Divisão de Cooperação e Segurança Regional do Estado-Maior Internacional da NATO e investigador, lembrou as recentes palavras do Presidente chinês, Xi Jinping, no fórum de Davos, assumindo que "continuava comprometido com a segurança comum abrangente e sustentável", segundo a agência de notícias de Portugal _Lusa. Citando esta fonte:

"A China está comprometida com a soberania de todos os países. Isto é realismo defensivo, que contrasta com a posição chinesa da era da Guerra Fria, de realismo ofensivo, quando teve presenças de força em África e na Ásia", lembrou Carlos Branco.

Em idêntico sentido, o juiz desembargador Júlio Pereira, ex-subdiretor-geral dos Serviços de Informação e Segurança (SIS) e secretário-geral do SIRP, jurista e investigador, presidente do ICODEPO, lembrou que a China não quer ter uma vocação intervencionista, o que pode sossegar o Ocidente relativamente à posição de Pequim perante uma eventual aliança com Moscovo...

O painel integrava a IV conferência internacional de cooperação Portugal-China, que se realizou em Lisboa e no Porto (2 e 3 de outubro), assinalando os 10 anos do lançamento da Nova Rota da Seda e a parceria estratégica Europa-China 20, colocando

como objetivo contribuir para o "abrandamento da tensão entre a Europa e a China".

Para o general Carlos Branco, o Presidente Xi Jinping definiu uma estratégia de expansão global onde quis deixar muito claro que "o país está comprometido em colaborar na resolução de disputas regionais e em solucionar desafios globais", o que ajuda a compreender o seu posicionamento perante o conflito na Ucrânia.

"A China apresentou um plano de paz para a Ucrânia em 12 pontos, que ilustra muito bem o seu respeito pela estratégia de segurança global, tirando proveito do seu protagonismo", argumentou tambémCarlos Branco.

O general lembrou que a China já teve um papel importante na mediação entre a Arábia Saudita e o Irão e procura agora um deslocamento das suas atenções geopolíticas para o sul, sobretudo na América Latina e em África -- um interesse perfeitamente ajustado à sua estratégia da Nova Rota da Seda, lembrada nesta conferência no Porto.

Júlio Pereira aproveitou para recordar uma sua proposta, feita junto do Governo chinês, para aproveitar a secular proximidade entre Portugal e a China, de criação de um centro de Sinologia em Macau.

"Quando pouca gente na Europa ainda se recordava da China, nós nada fizemos", lembrou este especialista, dizendo que esta pode ser uma "oportunidade única" para Portugal não desperdiçar a sua influência na Ásia.

A ECONOMIA CHINESA ENTROU NUMA NOVA FASE, TOMANDO COMO EIXO A QUALIFICAÇÃO E INOVAÇÃO

O vice-diretor do Instituto de Economia Mundial da Academia Chinesa de Ciências Sociais, Zhang Bin, Zhang explicou que a alteração estrutural no ritmo de crescimento económico chinês não se deve aos fatores que são apontados nos `media` internacionais, em particular o aparecimento de uma `bolha` imobiliária de elevado nível de risco ou o aumento exponencial da dívida pública da China.

"As razões devem ser procuradas noutro lugar. Desde logo no arrefecimento da procura interna e externa, que afetou os níveis de produção e de exportação dos principais setores da economia chinesa. Mas, também devem ser procuradas na falta de capital humano intensivo", explicou o professor do Instituto de Economia Mundial e Política. "Este é o momento para a China apostar em investir nas suas infraestruturas e no capital humano intensivo", salientou o investigador, afirmando que este momento deve ser olhado não como uma crise, mas como uma oportunidade, lembrando que nos últimos anos a China passou a fazer uma aposta na qualidade dos seus produtos e em acumular conhecimento para prosseguir essa trajetória de qualificação.

"Este não é o momento para procurar mais expansão. Este é o momento para investir e para acumular `know how`", disse Zhang, referindo-se às possibilidades de

alargamento de zonas de influência comercial propiciados pela Nova Rota da Seda, que devem ser aproveitadas para aprender com outros sistemas, mais do que para serem vistos como novos mercados.

O vice-diretor do Instituto de Economia Mundial e Política assinalou ainda que, quando se compara o arrefecimento da economia chinesa com o comportamento das economias de países desenvolvidos em dificuldades, é possível perceber a falta de procura externa.

Zhang Bin mostrou-se preocupado com o aumento de desemprego na China, decorrente do arrefecimento da produção, mas afirmou que o nível de desemprego juvenil anunciado a Ocidente, não corresponde à realidade global do emprego na China, que é de apenas 5%. Tal significa que, após um período inicial de transição, os jovens acedem ao mercado de trabalho:

"Mais uma razão para se aproveitar este momento para qualificar a mão de obra na China", disse o investigador.

Entre as mensagens de saudação, destacamos as do Ministro das Finanças de Portugal e do Secretário de Estado do Turismo, Comércio e Serviços.

Lisboa, 04.10.2023

António dos Santos Queirós, professor e investigador. Universidade de Lisboa, co-organizador da conferência, com Rui Lourido, Y Ping Chow e Domingues dos Santos.

IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE COOPERAÇÃO PORTUGAL-CHINA

MODERADORES SESSÃO PLENÁRIA:
3 de outubro de 2023. Horário: 9h30 – 18h00, Porto

SESSÃO DE ABERTURA:
MODERADOR:
Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses e Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China

1ª MESA REDONDA/DEBATE
MODERADOR:
Prof. Dr. Paulo Duarte, Prof. Assistente da Universidade do Minho e da Universidade Lusófona do Porto

2ª MESA-REDONDA/DEBATE
A segunda mesa-redonda foi coordenada pelo General Pinto Ramalho, presidente da Liga da Multissecular Amizade Portugal- China

3ª MESA-REDONDA/DEBATE – CONVIDADOS INTERNACIONAIS
Sob o alto patrocínio do Instituto Nacional de Estratégia Global da Academia Chinesa de Ciências Sociais (NIGS-CASS)

MODERADORA:
Drª Cristina de Jesus, investigadora (U.Aveiro)

SESSÃO DE ENCERRAMENTO:
Y Ping Chow, Presidente da Liga dos Chineses e Presidente da União das Associações de Cooperação e Amizade Portugal-China

ZHAO BENTANG

EMBAIXADOR DA CHINA EM PORTUGAL

Ao longo dos últimos 75 anos, criámos com sucesso um caminho de modernização do estilo chinês e dois milagres: o rápido desenvolvimento económico e a estabilidade social a longo prazo. A China tornou-se na segunda maior economia do mundo, contribuindo para mais de 70% para a redução da pobreza mundial. A inovação e as novas forças produtivas de qualidade continuam a liderar o desenvolvimento da China. Grandes avanços científicos e tecnológicos, como a estação espacial, grandes aeronaves, Beidou, sistema de navegação por satélites e novos veículos de energia limpa, injetam novo impulso ao desenvolvimento económico da China bem como criam novas oportunidades para o mundo.

Este ano também é um ano importante para a China na realização do seu 14º Plano Quinquenal. A economia chinesa cresceu duma base ainda mais estável. O produto interno bruto registou um crescimento anual de 5% e a taxa de crescimento trimestral tem sido positiva há oito trimestres consecutivos, o que se situa entre as mais elevadas das principais economias do mundo.

A tendência de crescimento da economia chinesa é ainda mais evidente em seguintes três áreas:

Primeiro, novas forças motrizes da economia estão a crescer rapidamente. O valor agregado do sector transformador de alta tecnologia acima de escala da China cresceu 8,9% em relação ao ano anterior. A capacidade instalada de energias renováveis representou mais de 50% da capacidade total. O 5G chega a 60% da população.

Segundo, surgem-se constantemente novas demandas. O investimento na indústria transformadora registou um forte aumento. O consumo cultural e turístico tem sido ativo, demonstrando um forte potencial da procura interna. Durante o feriado do Festival de Meio Outono que acabou de passar, registaram 107 milhões de viagens domésticas na China, um aumento de 6.3% em relação ao mesmo período do ano de 2019, o período antes da pandemia.

Terceiro, surgem-se novos vigores em nova atmosfera de abertura. A China continua a promover uma abertura de alto nível e insiste em promover a reforma e o desenvolvimento através da abertura. Nos primeiros sete meses do ano corrente, foram criadas na China mais de trinta mil novas empresas com investimento estrangeiro. Plataformas como a Exposição Internacional de Importação, Feira de Cantão, atraíram centenas de países e empresas, alcançando milhares frutos e resultados. Neste ano, Portugal marcou a sua presença na Feira Internacional de Comércio de Serviços da Chinae, pela primeira vez, com um estante próprio, que a sua participação certamente foi muito frutuosa.

Em julho, foi realizada a Terceira Sessão Plenária do 20º Comité Central do Partido Comunista da China. Tomámos medidas sistemáticas sobre um maior aprofundamento integral da reforma e promoção da modernização ao estilo chinês, propondo "A economia de mercado socialista de alto nível é uma garantia importante para a modernização chinesa", clarificando a necessidade de "criar um mercado unificado nacional" e sublinhando que a China vai aprofundar ainda mais cooperações internacionais e construirá um novo sistema económico mais aberto em um nível mais elevado. Gostaria de citar duas das muitas medidas:

Primeiro, foi reduzida a lista negativa para o acesso do investimento estrangeiro, e no setor manufatureiro as restrições ao acesso do investimento estrangeiro foram completamente eliminadas.

Segundo, é permitido o estabelecimento de hospitais de capital totalmente estrangeiro em Beijing, Shanghai, Nanjing, Guangzhou, Shenzhen e ilha de Hainan. Nas Zonas Piloto de Livre Comércio em Beijing, Shanghai, Guangdong e no porto de livre comércio de Hainan, investidores estrangeiros podem desenvolver e aplicar tecnologias de diagnóstico e tratamento genético. O governo chinês aprimora continuamente as facilidades para residência, saúde e meios de pagamento para empresários e turistas estrangeiros na China. Damos as boas-vindas a todas as empresas portuguesas e a todos os amigos portugueses que vêm visitar a China.

SENHORAS E SENHORES, AMIGOS,

Atualmente, as mudanças sem precedentes no mundo e na história estão a desenrolar-se. A China prossegue firmemente na política externa independente e pacífica, defende as normas básicas e justiça nas relações internacionais, e promove a construção de uma Comunidade com um Futuro Compartilhado para a Humanidade. O presidente Xi Jinping propôs Iniciativa de Faixa e Rota, Iniciativa de Desenvolvimento Global, de Segurança Global e de Civilização Global, com o objetivo de promover o mundo rumo a um futuro brilhante de paz, segurança, prosperidade e progresso.

A China vai contribuir ativamente com mais sabedoria chinesa e oferecer mais bens públicos favoráveis à paz e desenvolvimento mundial, proporcionando novas oportunidades ao mundo com o seu próprio desenvolvimento.

A China e a Europa são duas principais forças que promovem a multipolaridade, dois principais mercados que apoiam a globalização e duas principais civilizações que defendem a diversidade cultural. Das visitas dos líderes europeus à China até às visitas de Estado do presidente Xi Jinping à França, Sérvia e Hungria, foram emitidos sinais claros de que as relações China-Europa continuarão a manter a orientação de parceria, diálogo e cooperação, além de aprofundar a comunicação estratégica.

SENHORAS E SENHORES, AMIGOS,

Este ano assinala-se o 45º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas Chin-Portugal. Os dois povos têm mantido uma relação amistosa de mais de cinco séculos. As relações bilaterais têm base muito sólida.

Este ano, a China e Portugal têm mantido contactos frequentes de visitas a todos os níveis. O Ministro do Comércio e o Vice-Ministro da Cultura e o Turismo da China visitaram Portugal. O Ministro da Economia de Portugal visitou a China e participou na sexta Conferência Ministerial do Fórum de Macau, e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas visitou Guangdong, Hong Kong e Macau. No que diz respeito às questões de interesses fundamentais, a China e Portugal apoiam-se firmemente. Em assuntos multilaterais, ambos os países defendem o multilateralismo e promovem o desenvolvimento da modernização ao estilo chinês e o da integração europeia.

O volume bilateral de comércio dos bens entre a China e Portugal no primeiro semestre deste ano foi 4.580 milhões dólares, com um aumento homólogo de 5,6%. O stock de investimento direto da China em Portugal atingiu 3.700 milhões de euros. A China mantém o maior parceiro comercial de Portugal na Ásia.

O novo conceito de desenvolvimento da China e a estratégia de transformação económica e energética de Portugal são altamente complementares. Ao aprofundar a cooperação tradicional, os dois lados continuam a expandir-se para novas áreas, como a energia verde. A fábrica de baterias de lítio a ser construída em Sines pela empresa chinesa, CALB (China Aviation Lithium Battery Technology), contribuirá para a localização da cadeia industrial e a transição de baixo carbono para Portugal. O Parque de Oeiras, projeto conjunto da CSCEC (China Construction Portugal) e da Teixeira Duarte, poderão criar condições mais favoráveis para atrair mais investimentos estrangeiros e desenvolver a economia de Oeiras.

A cooperação nos âmbitos da língua e da cultura registra-se desenvolvimento constante. Mais de quarenta universidades chinesas oferecem cursos da língua portuguesa. Em Portugal, existem cinco Institutos Confúcio e duas Salas de Aula Confúcio. Em 2018, a Oficina Luban de Portugal, a primeira Oficina Luban na Europa, foi estabelecida. As atividades como Feliz Ano Novo Chinês, Concurso Chinese Bridge, e Semana da Cultura Chinesa são calorosamente acolhidas pelo povo português.

De materiais aeroespaciais, meteorologia, oceanografia e até vinho, cortiça, porco preto, a cooperação sino-portuguesa abrange aspetos de "alta tecnologia sofisticada" e também os do quotidiano. Como embaixador chinês em Portugal, fico muito orgulhoso pelas realizações da cooperação dos dois países e pelos intercâmbios amigáveis entre os povos. Em particular, temos de encorajar os contactos entres os jovens, assegurando que a amizade sino-portuguesa seja transmitida às gerações futuras.

SENHORAS E SENHORES, AMIGOS,

Há um provérbio português: "Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo." Na era da globalização, nenhum país pode viver sozinho, e a coordenação e cooperação são opções inevitáveis. A China está disposta a trabalhar com Portugal para construir as bases da paz e segurança, reunir a força da cooperação amistosa, seguir o caminho do multilateralismo e construir um futuro de desenvolvimento e prosperidade.

(Texto atualizado em 2024)

Y PING CHOW

PRESIDENTE DA UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE COOPERAÇÃO E AMIZADE PORTUGAL-CHINA

PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO LUSO-CHINESA PME

Bom dia, queridos amigos e amigas. Hoje é um dia especial para responder aos desafios do meu novo cargo de Presidente da União, que é de trabalho árduo e só agora compreendo a sua dimensão. Queria saudar os meus antecessores, o Juiz Desembargador Júlio Pereira e o Dr. Rui Lourido e agradecer ao Eng. António da Mota, que aqui está em representação da Drª Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota, Presidente do Conselho de Administração da Fundação António Manuel da Mota, o seu apoio a esta Conferência e as suas palavras a favor do desenvolvimento das ralações com a China e de maior abertura na cooperação mundial. O nosso trabalho da União é sobretudo um trabalho de equipa, que merce os apoio da comunidade chinesa e de muitos amigos que me honram com a sua confiança. Foram muitos os palestrantes que trabalharam arduamente para trazer aqui importantes comunicações. Seria preciso mais tempo do que tenho para agradecer a todos os que têm apoiado o nosso trabalho, sem salários, sem glórias e sem aposentarias, agradeço a todos na pessoa do Sr. Zhao Bentang, Embaixador da China em Portugal; ao Sr. Paulo Jorge Nascimento, Embaixador de Portugal na China; ao Sr. He Wei, Diretor do Serviço de Investimento e Financiamento do Centro de Desenvolvimento e Promoção da Corporação das PME chineses, que veio à Europa com destino à Itália, onde vai apresentar um conjunto de propostas de cooperação para permitir às empresas italianas melhorar a sua situação no mercado internacional com o apoio da China, mas que arranjou tempo para vir a esta Conferência oferecer as mesmas oportunidades aos nossos governantes. Eu e os empresários portugueses esperamos que ele fique mais tempo e regresse, atraído pela nossa hospitalidade, bons vinhos e comida, belas praias e paisagens. Agradeço em especial à deputada Catarina Rocha Ferreira, presidente do Grupo Parlamentar da Amizade Portugal-China elogiada pelo embaixador da China pelo seu trabalho a favor da cooperação entre os dois países e os dois povos. Lamentamos que os governantes convidados para estar aqui, tenham apenas enviado mensagens de saudação e não tenham aproveitado esta oportunidade para apoiar o desenvolvimento da cooperação e dos negócios, no âmbito do projeto uma Rota e um Caminho, que muito tem beneficiado as nações menos desenvolvidas da Ásia, da África e da América. Agradeço ao professor. Zhang Bin, Vice-Diretor e Investigador Sénior, Instituto de Economia Mundial e Política, Academia Chinesa de Ciências Sociais (IWEP-CASS); que liderou uma numerosa delegação chinesa, com Gao Haihong, Investigador Sénior, Chefe do Centro de Investigação em Finanças Internacional, IWEP-CASS; Gao Lingyun, Diretor do The Journal of World Economy, IWEPCASS; que nos trouxeram informações e s valiosas sobre o estado atual da economia chinesa e dos mercados mundiais, Estamos muito gratos pelas suas explicações, que dignificam a política da China e o projeto de Uma Rota, Um Caminho!

HE WEI

DIRECTOR INVESTIMENT AND FINANCING SERVICE OFFICE OF CENTER FOR SME COORPORATION DEVELOPMENT AND PROMOTION

尊敬的周一平会长------

女士们、先生们，上午好。

很荣幸在这个丰收的季节应邀出访美丽的葡萄牙，参加第四届葡萄牙-中国国际合作会议。和诸位朋友一起共话中葡合作的美好明天。在此我仅代表中国中小企业合作发展促进中心向本次会议的成功举办致以衷心的祝贺。

中国中小企业合作发展促进中心是中国政府成立最早的全国性的中小企业服务支持机构。其前身是 1982 年成立的中国中小企业国际合作促进会。目前中心是中国中小企业服务体系的核心单位。也是中国众多的行业协会、企业联盟的发起和指导单位。同时中心也是 APEC 工商论坛、中国品牌论坛、中国国际绿色高峰论坛、中非论坛等诸多国际交流活动的发起和参与单位。多年来，在对外交流领域取得了丰硕的成果。中心指导和发起的中国跨境电商联盟、中欧生命科学研究中心、中欧并购基金、QFLP 基础设施建设基金等机构在中欧合作中发挥了重要作用。中心在中欧技术交流、资金交流、文化交流、商贸交流、教育交流等多

个领域取得了一定的成果。

长期以来，中心非常重视和葡萄牙的合作与发展。也非常感兴趣和以葡萄牙为代表的葡语系国家开展深入的合作。目前中心已经和葡中中小企业商会、贝森银行、香巴拉马基金会等机构签署了或者即将签署合作协议。尤其是和周一平会长领导的葡中中小企业商会的合作，已经结出了丰硕的成果。双方的合作已经成为中葡中欧合作的重要载体。本次访问葡萄牙，我们以极大的诚意携带了一批中国企业的一揽子的合作意向和方案。其中包括：能源安全方面的新能源商用和户用储能综合解决方案，中方相关企业非常希望和葡萄牙的企业开展合作，共同打造属于葡萄牙或者欧洲的储能 4S 店。我们的“微电网”系统已经在安哥拉的国家数据中心和马尔代夫的 106 个岛屿（酒店）得到了应用。中国的新能源车企业也很希望可以在葡萄牙打造新能源车的整车或者电池充电桩等装备的制造基地。也期待依托葡萄牙在葡语系国家的核心地位推进以上产品的在葡语系国家的推广。葡萄牙部分地区的整体开发合作以及一些农业项目也是合作的重要方面。随着中国“一带一路”国策的持续推进，中国企业在国际交流中的积极性也越来越高。很多企业对国际大宗商品的需求也有很大的增加。企业国际市场的参与度也有很大的提高，我想这些方面中葡双方有机会碰撞出灿烂的火花。此外为上述项目提供服务的跨国供应链金融等服务贸易领域的合作项目也是我们关注的。我们认为以葡萄牙和澳门的渊源，完全可以打造一个葡萄牙-澳门-中国大陆各个自贸区的贸易、信息、结算等交流的链条。既可以让葡萄牙及葡语系国家甚至欧洲可以参与到中国的经济发展中，也可以让中国企业通过葡萄牙在欧洲和葡语系国家得到更好的发展。

习近平主席访问葡萄牙期间曾用“交得其道，千里同好，固于胶漆，坚于金石”来形容两国关系，指出两国作为“好朋

友、好伙伴"的深厚友谊。两国建交 40 余年来，在各个层面的交流均取得了瞩目的成绩。在双方政府的大力推动下，在两国人民的殷切需求下，中葡双方在经贸、文化等多领域合作均取得了长足的发展。我们怀着极大的热忱投入到中葡共同进步发展的广阔前景里。相信一定会取得丰硕的成果。

最后再次祝贺大会圆满成功，祝贺诸位嘉宾身体健康，工作顺利。

SENHORAS E SENHORES, BOM DIA.

É uma grande honra ser convidado a visitar Portugal, neste tempo de colheitas de outono, para participar na 4ª Conferência de Cooperação Internacional Portugal-China.

Dirijo-me a todos os amigos portugueses, para falar sobre um promissor futuro da cooperação China-Portugal.

Em nome do Centro de Cooperação e Promoção do Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas da China, gostaria de apresentar os meus votos e sinceras felicitações pela realização bem-sucedida desta conferência.

O Centro de Cooperação e Promoção do Desenvolvimento de Pequenas e Médias Empresas da China é a primeira organização nacional de apoio a serviços para pequenas e médias empresas, estabelecida pelo governo chinês.

O seu antecessor foi a Associação de Promoção da Cooperação Internacional de Pequenas e Médias Empresas da China, criada em 1982. Atualmente, o Centro é a unidade de topo do sistema de serviços para pequenas e médias empresas da China. É também a unidade iniciadora e orientadora de muitas associações industriais e alianças empresariais na China.

Ao mesmo tempo, o Centro também é o promotor e participante de muitas atividades de intercâmbio internacional, como o Fórum Empresarial da APEC, o Fórum de Marcas da China, o Fórum Internacional da Cimeira Verde da China e o Fórum China-África.

Ao longo dos anos, foram alcançados resultados substanciais no domínio financeiro. Instituições como a China Cross-Border E-Commerce Alliance, o Centro de Pesquisa em Ciências da Vida China-UE, o Fundo de Fusões e Aquisições China-UE e o Fundo de Construção de Infraestrutura QFLP, guiados e iniciados pelo Centro, têm desempenhado um papel importante na cooperação China-UE.

O centro alcançou resultados reais em intercâmbios técnicos China-UE, intercâmbios financeiros, intercâmbios culturais, intercâmbios de negócios, intercâmbios educacionais e outros campos.

Desde há muito que o Centro atribui grande importância à cooperação e ao desenvolvimento das relações com Portugal. Estamos também muito interessados em desenvolver uma cooperação aprofundada com os países de língua portuguesa cooperantes de Portugal. Neste âmbito, o Centro assinou ou está prestes a assinar acordos de cooperação com a Câmara de Comércio Portugal-China para as Pequenas e Médias Empresas, o Banco Bison, a Fundação Champalimaud e outras instituições. Em particular, a cooperação com a Câmara de Comércio Portugal-China para as Pequenas e Médias Empresas, liderada pelo Presidente Y Ping Chow, tem produzido resultados frutuosos. A cooperação entre as duas partes tornou-se um importante promotor da cooperação Portugal-China.

Para esta visita a Portugal, trouxemos connosco um pacote de intenções de cooperação e planos de cooperação, da parte de grupos de empresas chinesas empenhadas sinceramente nesta missão. Aqueles incluem: novas soluções abrangentes de armazenamento de energia comercial e doméstica em termos de segurança energética. As empresas chinesas relevantes esperam muito cooperar com as empresas portuguesas para construir em conjunto uma rede das lojas de 4S de armazenamento de energia em Portugal ou na Europa. O nosso sistema de "microgrid" foi aplicado no Centro Nacional de Dados de Angola e em 106 ilhas (hotéis) nas Maldivas.

As empresas chinesas de veículos de energia renovável também esperam construir em Portugal uma base de fabricação para novos veículos completamente movidos a eletricidade ou baterias de carregamento e outros equipamentos.

Esperamos também contar com a posição central de Portugal nas relações com os países de língua portuguesa para promover os produtos acima referidos nesses países.

A cooperação global para o desenvolvimento em algumas regiões de Portugal e alguns projetos agrícolas são também aspetos importantes da cooperação.

À medida que a política nacional "Um Cinturão, Uma Rota" da China continua avançando, as empresas chinesas estão a tornar-se cada vez mais ativas nos intercâmbios internacionais.

A demanda de muitas empresas por commodities internacionais também aumentou de forma significativa. A participação das empresas no mercado internacional também melhorou consideravelmente.

Acho que a China e Portugal têm a oportunidade de fazer um brilharete nestes aspetos. Além disso, também estamos atentos a projetos de cooperação no campo do comércio de serviços, como o financiamento transnacional da cadeia de suprimentos que prestam serviços para os projetos acima mencionados.

Acreditamos que, com a ligação entre Portugal e Macau, podemos criar uma cadeia

de comércio, informação, liquidação e outras trocas entre as zonas de comércio livre Portugal-Macau-China continental. Não só permitir que Portugal, os países de língua portuguesa e até a Europa participem no desenvolvimento económico da China, mas também contribuir para que as empresas chinesas se desenvolvam melhor na Europa e nos países de língua portuguesa, através da parceria com Portugal.

Durante a sua visita a Portugal, o Presidente Xi Jinping caraterizou a relação entre os dois países como sendo a de“ dois países que têm bons amigos e bons parceiros”. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países, há mais de 40 anos, os intercâmbios em todos os níveis alcançaram resultados notáveis.

Graças ao empenhamento dos governos de ambos os países e face às necessidades prementes dos dois povos, a China e Portugal alcançaram um desenvolvimento considerável na cooperação em muitos campos, como economia, comércio e cultura.

Dedicamo-nos com grande entusiasmo à missão de realizar as amplas perspetivas de progresso e desenvolvimento comuns entre a China e Portugal. Acredito que resultados frutuosos serão alcançados.

Por último, gostaria de felicitar mais uma vez a conferência, pelo seu pleno êxito e desejar a todos os convidados boa saúde e bom trabalho.

RUI LOURIDO

PRESIDENTE DO OBSERVATÓRIO PARA A CHINA E COORDENADOR CULTURAL DA UCCLA.

10 YEARS OF THE NEW SILK ROAD - COOPERATION FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND PEACE

During my frequent trips to China, I see the positive outlook and hope for the future held by most of the Chinese population, based on their experience of continually improving their standard of living with the rise of China. This contrasts with the pessimistic view of the present and future held by most Europeans and Americans in the time of a major shift in the global pattern.

In particular, young people in Europe and the U.S. feel that their prospects for the future and their standard of living will be reduced in relation to that of their parents due to the misguided measures of unbridled capitalism, dominant in the countries of the so-called West, which triggered the real estate and financial bubble crisis of 2008 (originating in the U.S. but spreading throughout the world with lasting consequences).

As a researcher interested in social studies, I believe the explanation for this difference lies in the West's declining living standards and increasingly corrupt democratic systems. These issues, facilitated by neoliberalism, have resulted in the erosion in the West of such social rights as access to food, health, housing and education, and reduced labor rights.

In reality, the U.S. can no longer dominate the world as it used to as the world moves steadily toward multipolarity, and we are witnessing continuous structural changes in which other great world civilizations, including Chinese, Indian, Russian, African, Arab, and European, are no longer accepting subservience to the U.S. These civilizations are cautiously asserting their identities in a multipolar world.

The growth of the BRICS is a prime example of this shift. The organization has

expanded from five to 10 countries, driven by China and Russia, and initially joined by Brazil, India, and South Africa. Recently, the BRICS has grown to include Egypt, Ethiopia, Iran, the United Arab Emirates, and Saudi Arabia. The combined wealth of the BRICS countries now far exceeds that of the main Western countries represented in the G7, which the U.S. dominates.

The U.S. reaction to the decline of its global hegemony and the global shift toward multipolarity has been characterized by the increased use of unilateral sanctions on international trade, often imposed without regard to the World Trade Organization (WTO) rules. Simultaneously, the U.S. has promoted disinformation campaigns and supported regime change efforts, such as financing opposition groups in the 2014 Ukrainian "Orange Revolution" and promoting confrontation between geopolitical blocs.

The other Western governments have generally supported the U.S. hegemony, despite the U.S. comprising only around 4% of the world's population, leading to the disruption of supply chains for their allies in attempts to isolate Russia and China, albeit unsuccessfully.

However, these Western governments' support for the U.S. is by no means altruistic and unconditional, as they are economically dependent on the American dollar-dominated global financial system established by the Bretton Woods agreement and the NATO military alliance, which is heavily influenced by the North American arms industry.

WHY CHINA IS ESSENTIAL FOR HUMANITY'S SHARED FUTURE

Notably, in the face of the current global turbulence, China, while continuing its steady rise, has been actively and responsibly proposing to the international community the respect and promotion of the objectives and principles of the United Nations Charter. China has also put forth various proposals for international initiatives to increase global economic development and stability, such as the vision of a global community of shared future, the Belt and Road Initiative (BRI), the Global Development Initiative, the Global Security Initiative, and the Global Civilization Initiative.

At the same time, China is increasingly opening itself up to the outside world, intensifying its relations and promoting a network of partnerships with many countries. However, China does not lose sight of its main objective, that development must provide a better standard of living for its entire population of 1.4 billion.

With a view to sharing China's development with the rest of the world, President Xi Jinping said in his written speech at the APEC CEO Summit in San Francisco on Nov. 16, 2023, "I also hope to see an active part of the global business community in

the Chinese modernization drive to benefit from the huge opportunities brought by China's high-quality development!"

Chinese society presents some advantageous structural characteristics, such as a socialist market economy, a large market in terms of demand, a diversified industrial system, a huge skilled workforce, and a business community growing substantially in quantity and qualifications. All of these represent great opportunities for foreign businesses.

Nowadays, it is uncommon for leaders to offer to share the competitive advantages and resources of their countries' rapid and harmonious development with the international community.

I would therefore like to highlight some statements from President Xi Jinping: "We have confidence and even more capacity to achieve stable and long-term growth and, through our development, we will continue to provide the world with new impetus and opportunities for growth." This statement is significant as "China continues to be the most powerful engine of global growth and will generate a third of global growth this year."

China has hosted numerous significant international political and business leaders over the past weeks and months. These leaders have expressed their confidence in China, which they deem the "best investment destination." Despite its rapid economic growth and advancements in high-value production, technological development, and artificial intelligence, China remains, above all, a reliable and resilient partner. The phrase "'the next China' is still China" underscores this sentiment, highlighting China's commitment to deploying its human, scientific, and material resources in service of building a shared future for humanity.

Despite the growing narrative in some Western countries about decoupling and derisking, there are significant examples that underscore foreign investors' confidence in China. For instance, the French company Airbus is constructing Factory 209 in Tianjin to assemble A320 aircraft, which is slated to commence operations in 2025.

Foreign politicians have also expressed their support for continued cooperation with China. Markus Soeder, minister-president of Bavaria, Germany, commenced his journey to China on March 23, followed by Dutch Prime Minister Mark Rutte, who visited China on March 26 and 27. French Foreign Minister Stephane Sejourne made a trip to China on April 1.

Remarkably, German Chancellor Olaf Scholz visited China for the second time as chancellor for three days from April 14 to 16, accompanied by a delegation of ministers and representatives of the main German companies, such as Siemens, BMW and Mercedes-Benz. According to the German Economic Institute, direct investment from Germany to China reached a record high of 11.9 billion euros ($12.7 billion) in

2023, a 4.3% increase compared to the previous year.

The visit was quite a success, with meetings held with President Xi Jinping and Prime Minister Li Qiang, and in the final statements, confidence in the deepening of economic relations between both countries was reaffirmed.

Next, if we look for a country to help chart the way forward for mankind, we'll find that China has a lot to contribute.

China seeks sustainable growth, which is why it is committed to applying the new development philosophy, focusing on coordinated, green and inclusive innovation, and is pursuing high-quality development that incorporates high-added value. In recent years, there has been rapid growth in Chinese exports of the "new three," namely new energy vehicles, lithium-ion batteries and photovoltaic products. A greenhouse gas emissions reduction trading market will be launched soon, creating huge green market opportunities.

China is continuing to open its markets to foreign direct investment, especially in the manufacturing industry, by announcing the removal of restrictive measures and creating more development opportunities and benefits for other countries.

Naturally, China has been prioritizing agreements with nearby countries, among which are the Digital Economy Partnership Agreement and the Comprehensive Regional Economic Partnership. The latter promotes trade and economic cooperation in the Asia-Pacific region and was signed in 2020. The largest and most influential member states are China and Indonesia, but the list also includes Australia, Brunei, Cambodia, Japan, South Korea, Laos, Malaysia, Myanmar, New Zealand, the Philippines, Singapore, Thailand and Vietnam.

On a global scale, China is stepping up collaboration with many countries on all continents through the BRI, proposed by Xi Jinping in 2013. Its success can be measured by the third Belt and Road Forum for International Cooperation, which resulted in 458 deliverables. Chinese financial institutions have established a financing window of 780 billion yuan (about $107 billion) for projects under BRI, and Chinese and foreign companies have closed deals worth $97.2 billion. All of this will contribute to high-quality cooperation under the BRI and boost connectivity, development and prosperity in BRICS countries across the Global South and the rest of the world.

Based on its internal development and the modernization of its economy, which is driven by science, technology, and innovation, China is committed to promoting the opening of its markets and providing quality services to foreign investors. China is continuing to improve mechanisms for protecting the rights and interests of foreign investors, sharing innovation factors, reforming the digital economy, and ensuring free and orderly data flow in accordance with the law. Entry and stay policies will be improved to facilitate foreigners' adaptation to life in China, as well as access to

financial, medical and electronic payment services.

The arguments advocating decoupling with China, related to trade, technology, media and soft power, not only contradict the trends of economic globalization but also go against the true interests of the peoples of the world, as working with China adds to the well-being of the world.

The Global South is influencing the emergence of more rational voices, contributing to the creation of more enlightened public opinions, including a call for an immediate ceasefire in current wars, so that peace becomes a reality (the first step toward the development of each country). It also contributes to the urgent and necessary collective fight against climate change as well as disinformation on the rise of China, and, in this way, to a prosperous global community of shared future.

EDITOR'S NOTE:

This text presented by Rui Lourido, President of the Observatory for China, to the IV Portugal China Conference, was selected and published by:
http://en.chinadiplomacy.org.cn/2024-05/20/content_117199403.shtml

ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS

PROF. DR. ANTÓNIO DOS SANTOS QUEIRÓS. UNIVERSITY OF LISBON, CFUL. SECRETARY GENERAL OF THE PORTUGAL CHINA CHAMBER OF COOPERATION AND DEVELOPMENT, CCDPCH AND VICE PRESIDENT OF THE CHINA OBSERVATORY.

BUILD EUROPE AND CHINA'S CONSENSUS TOWARDS A PEACEFUL, DEMOCRATIC, AND SUSTAINABLE FUTURE FOR HUMANITY

Three indivisible pillars can support a New Era: A common strategy to the new economic model of environmental sustainability. A common strategy for peace. A common strategy to defend the right of the peoples choose its model of democratic political regime.

This study compares RPCh, and USA different strategies face the global crises, departing from "China Global Development Initiative" and "DHS Strategic Action Plan to Counter the Threat Posed by People's Republic of China", and their impact on EU-China cooperation.

This research put in question if it is truly correct that "China do note respect the Human Rights. Europe and USA are the masters", revisiting the Universal Declaration of Human Rights _ UDHR, from its foundation to the dominant fallacies and a new generation of rights. Crossing this route, discovery Eurasia as the Promised Land of Twentieth Century Hegemonism.

The research found that cold war never ends, the fall of USSR and the renaissance of China create two negative waves:

Most of the Communist Parties do not understood why socialism was defeat in the East Europe. And for most of the parties that remain communist, socialist regimens needs to follow the model of USSR.

On the other hand, to neoliberal parties_ with the acronyms of democratic parties, popular parties, socialist parties… liberal democracies were the end of history, the peak of political progress.

Socialism with Chinese Characteristics emerged to put into question the two dogmatic views.

A long-time dogmatic propaganda, create a big political misunderstanding and alienation in the awareness of citizen of EU. That is the reason because it is necessary a negative heuristic to dismount the fake prepositions_ fallacies and fake news. However, isn't enough to claim for the great realizations of socialism with Chinese characteristics. It is necessary choose the arguments and tools more pertinent to build a positive heuristic, with propositions that cannot be falsified. It is a hard job.

EURASIA AS THE PROMISED LAND OF TWENTIETH CENTURY HEGEMONISM

According to Mackinder's doctrine, the alliance between Germany and Russia, political and military control of Eurasia would represent the control of such formidable demographic and natural resources, which would call into question the dominance of the Anglo-Saxon powers and the hegemonic rise of the USA.

A Rimland's theory holds that controlling power in countries around Europe and Asia allows it to dominate the Heartland, second. Spykman.

INTERVENTIONIST POLICY AS A STRATEGY

But it is the European Union that currently prevails in Eurasia. The USA is after all disputing from the European Union its Heartland, a continuous land mass stretching from Eastern Europe to the Far East, a territory rich in strategic minerals and energy which, combined with the industrial potential of Germany and the EU as a whole, with Russia and the countries of the East, would make it possible to exploit these resources for the benefit of their common development and the rise of the autonomous strategic military power of their countries.

"… the way America 'manages' Eurasia is critical."

> "... America's way of 'managing' Eurasia is critical. The power that dominates Eurasia would control two of the three most advanced and economically productive regions in the world. A simple glance at the map also suggests that control over 'Eurasia' will automatically entail the subordination of Africa, making the Western Hemisphere and Oceania geopolitically peripheral to the world's central continent. About 75 percent of the world's population lives in "Eurasia," and most of the world's physical wealth is also there, both in its companies and underneath its soil. 'Eurasia' accounts for about three-quarters of the world's known energy resources."

(Zbigniew Brzezinski, "The Grand Chessboard: American Hegemony and Its Geostrategic Imperatives," 1997)[1]

THE CHINA-EU COMPREHENSIVE AGREEMENT ON INVESTMENT (CAI)

"GOOD NEWS FOR EUROPE"

December 2020, Ursula Von der Leyen, President of the European Commission, said the CAI will allow "unprecedented access to the Chinese market". It facilitated access between markets and reduced investment barriers, in sectors such as transport, health equipment, telecommunications, the chemicals sector, etc. The agreement provided for the elimination of the requirements for the formation of joint ventures in the areas of banking, insurance and equity trading, as well as asset management, in the financial sector.

In Portugal, the president of the Portuguese Chamber of Commerce and Industry greeted its achievement with the phrase Good News for Europe! But soon after, in a message to members, he referred to the dissenting voices that came mainly from the US: "At a time (Q3 2020) when China has managed to EU-China Comprehensive Agreement on Investment: Sustaining the fall of Europe

The war in Ukraine and the escalation of sanctions, without support of international right and without be associated to a political solution, threaten the European economy from recession. China, based on the five principles of its international policy of peaceful coexistence, defended the integrity of Ukraine and the right of the Russian nation to ensure the security of its nation, taking the place of universal mediator that the EU has compromised.

The implementation of the China-EU Comprehensive Investment Agreement (CAI) was suspended by the majority of the European Parliament, pressed by external interferences. But now, can be built with the autonomous initiative of the government of the countries and the national entities that are the heart of nations_ from entrepreneurs, the academy, cultural associations, and I hope that the recent agreements with France, Italy, Deutschland and other countries can resist face the external intrusions.

1 Zbigniew Kazimierz Brzezinski was U.S. National Security Advisor during Jimmy Carter's presidency from 1977 to 1981.

REVISITING DECLARATION UNIVERSAL OF HUMAN RIGHTS AND THE ROLE OF CHINA TO APPROVE AND IMPROVE ITS PRINCIPLES AND ARTICLES

China is co-founder of the Universal Declaration of Human Rights

The Universal Declaration of Human Rights_ UDHR was adopted by the UN on 10 December 1948 (A/RES/217). Drafted by J. P. Humphrey of Canada and Dr. P.C. Chang, representative of China and mediator of Asian countries, the main negotiator of the consensus established in its 30 articles.

Eleanor Roosevelt enthusiastically supported her. However, USA, United Kingdom, France, were colonialist countries and racial discrimination was institutionalized and was practiced in the metropolis and in the colonies (the fascist regimes of Deutschland, Italy, or Japan, obvious could not be the promotors of UDHR): Labor rights, economic democracy, the right of nations to dispose of themselves. Self-determination and independence. Refusal of hegemonism and social discrimination…they have been elevated to the condition of fundamental human rights and, as such, are incompatible with the political nature and evolution of liberal democracies.

The propaganda of Cold War needs to subvert and distort the principles of the original UDHR. The collage of Cold War propaganda linking political Human Rights with the model of liberal democracy, it was a fallacy. What Article 21 of UDHR prescribes is the way to citizenship and the diversity of democratic regimes, which recognizes no superiority to liberal democracy. Article 21º of UDHR open the gate of new democracies and History can walk again to realize all the dreams and Human Utopias.

In the U.S. (and the West), traditionally, human rights are seen and reduced as only civil and political rights, such as freedom of expression, the right to a fair trial, the right not to be tortured. But it ends there.

Peoples Republic of China, incorporate the 30 articles of UDHR in the Constitution and progressively, they turn them real to common people and design the international politic of China.

SOCIALISM WITH CHINESE CHARACTERISTICS

The fundamental contribution from China to apply the UDHR was the act of founding the People's Republic of China, proclaiming a new democracy, which was then enshrined in article 6 of the Constitution, the concept of "Socialism with Chinese Characteristics". Based on the system of multiparty cooperation and political consultation, popular assemblies, and harmonious ethnicity, but also a new economic system, with the coexistence of several types of propriety, predominance of public

property on the fundamental sectors and the redistribution of land propriety in benefice of 350 million of peasants. The agrarian revolution in China realizes the UDHR: Article 17:

> "(1) Everyone has the right to own property alone as well as in association with others. (2) No one shall be arbitrarily deprived of his property".

President Xi Jinping defends, as a guideline for international policy, is that each country has the right to choose its path to modernity and proclaims the way of peace for the construction of a common destiny for mankind (pursuing and updating the 5 principles of peaceful coexistence, formerly announced to the world by Mao and Zhou Enlai):

Quoting President Xi Jinping, from Governance books:

> "China provides an alternative besides the Western way to modernization and boosts the confidence and determination of many developing countries trying to find their unique ways to modernization".[2]

1.4. A great strategy for peace: From the 5 principles of peaceful coexistence to the new silk route. The Global Security Initiative for Peace and the Principle of Indivisible Security

The construction of world peace and prosperity, served by the creation of a new silk route, in a logic of cooperation and international sharing of trade that dared all continents. That global politic vision carries out "The Chines Dream" of full national sovereignty, with the peaceful reintegration of Hong Kong, Macao, and Taiwan.

The People's Republic of China is the world's first power in the modern history, whose economy does not depend on the war industries for its growth and sustainability, and base their prosperity and progress is in the promotion of peace, international cooperation, and common development. That is the main reason why can be empathized that Xi Jinping's proposal for the joint construction of the Silk Route and the 21th Century Maritime Silk Route is the New Silk Route for Peace.

2 15 Xi at ceremony marking the 95th anniversary of the CPC's founding, Beijing, July 1, 2016.

THE NEW SILK ROUTE FOR PEACE, BRICS, RCEP AND SOUTH-SOUTH COOPERATION

BRICS is an intergovernmental organization comprising now Brazil, Russia, India, China, South Africa, Iran, Egypt, Ethiopia, and the United Arab Emirates. RCEP The Regional Comprehensive Economic Partnership (RCEP) is a free trade agreement among the Asia-Pacific countries of Australia, Brunei, Cambodia, China, Indonesia, Japan, South Korea, Laos, Malaysia, Myanmar, New Zealand, the Philippines, Singapore, Thailand, and Vietnam The superiority of these projects and agreements over the international treaties in force lies, firstly, in the access to low-interest credit for all countries, secondly, in the respect for the sovereign decision of each one on the choice of its strategic projects and, thirdly, in the position of China as a partner that does not seek hegemony.

The South-South cooperation promoted by China can be defined by its fundamental policy measures: exemption from customs duties and "debt forgiveness" granted to the least developed countries (PMDs) and, following the 2018 China-Africa summit, the agreements with 37 countries for the construction and modernization of the economy, far from the neocolonial model of the raw materials. The 2018 summit was also an event of enormous importance for the European Union, which, with the help of China for the sustained development of the African economy and its support for the UN action on that continent, will see diminished pressure from refugees and migrants Africans fleeing from war and misery.

THE GLOBAL SECURITY INITIATIVE FOR PEACE AND THE PRINCIPLE OF INDIVISIBLE SECURITY

President Xi Jinping has proposed to the Annual Conference of the Boao Forum for Asia on 21.04.2022 the Global Security Initiative for Peace. Its fundamental and innovative principle is "the principle of indivisible security", which rejects the path of building one's own security at the expense of the security of others, a strategic concept that led to the creation of NATO and the Warsaw Pact, and the escalation of the Cold War.

This principle is in line with the principles of the UN Charter and the legitimate security concerns of all countries, is committed to respect for the sovereignty and territorial integrity of all countries, advocates non-interference in their internal affairs and respects the different political and social regimes chosen by the history of their peoples.

GLOBAL CIVILIZATION INITIATIVE

The principles: We advocate respect for the diversity of civilizations. Countries need to uphold the principles of equality, mutual learning, dialogue and inclusiveness among civilizations. We stand for the common values of humanity. Peace, development, equity, justice, democracy and freedom are the common aspirations of all peoples. We defend the importance of the heritage and innovation of civilizations. We advocate for robust people-to-people international exchanges and cooperation.

ECOCIVILIZATION

Sustainable development was recognized as the scientific concept of development at the 16th CPC National Congress in 2003. President Hu Jintao declared the goal of building Ecological Civilization at the 17th CPC National Congress in 2007. It then became the guiding thought for the economic and social development of PRC, understood as a balanced development between urban and rural areas, between man and nature, and between different generations...

The concept of "building ecological civilization" was added to the statutes during the 18th CPC Congress in 2012, at the initiative of President Xi Jinping.

In the 13th Five-Year Plan (2016-2020) Ecological Development became one of the five principles of development after the Central Committee and the Council of State published guidelines to accelerate the construction of ecological civilization.

Fujian Province has been chosen as a pilot zone for the demonstration of ecological civilization at the province level, with other pilot projects in Jiangxi Province, Yunnan Province, Qinghai Province, Guizhou Province, Xinjiang Autonomous Region... In this region, previously beset by Islam's manipulative terrorism, that new paradigm contributes decisively to isolate and eradicate terrorism: 65 countries, including all Muslims countries recognize, every time that China suffer in UN defamatory attacks, that China respect the Human Rights and promote the global progress in Xinjiang, subscribing a letter addressed to the UN Human Rights Commission.

CPC 20th National Congress of the Communist Party of China represent the vision, the heart, the weapon, and the tool of Chinese people into a New Era of peace, genuine democracy, and Ecocivilization. Ecocivilization it is a new stage of the common development of human civilization.

The People's Republic of China represents a new historical experience of democracy and socialism, the Western conceptual framework of political hermeneutics is not adequate for understanding the New China.

But isn't enough to claim for the great realizations of socialism with Chinese characteristics. It is necessary choose the arguments and tools more pertinent to build a positive heuristic, with propositions that cannot be falsified.

I propose the creation of an **Association for a European and China Consensus, toward a peaceful, democratic and sustainable future for humanity**, based on the people of this conference.

(Actualized in 2024)

GENERAL JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO

PRESIDENTE DA LIGA DA MULTISSECULAR AMIZADE PORTUGAL- CHINA

NOTA DO EDITOR:

O Conflito Assimétrico e o Desafio da Resposta - Uma Reflexão, pela sua visão holística, inicialmente publicado na Revista Militar há mais de duas décadas, permanece como instrumento concetual para analisar a turbulenta mudança de Era em que vivemos, e impressiona pelo seu carater premonitório e atualidade, funcionando como uma chave de acesso às Ciências Militares, para o investigador e o cidadão comum. Ele enquadra, e concede perspectiva histórica, à temática em debate na segunda mesa-redonda, que tinha como referência A Iniciativa de Segurança Global para a Paz, proposta pelo presidente Xi Jinping.

O segundo texto, dá um contributo efetivo para abrir um novo domínio de reflexão estratégica onde a paz ou a guerra se vão confrontar "Working Together to promote Co-sharing and Co-Governance in Cyberspace", num domínio crucial, que é o do ciberespaço, ilustrando bem outra tema da mesa, Vantagens e problemas da cooperação económica Portugal-China, e enquadrando-o na sua dimensão geopolítica. Aqui deixamos o nosso agradecimento ao autor e à Revista Militar, pela sua republicação.

O CONFLITO ASSIMÉTRICO E O DESAFIO DA RESPOSTA

NOTA INTRODUTÓRIA

A realidade conflitual do pós-acontecimento 11 de Setembro de 2001, materializado no atentado às "torres gémeas " em Nova York, introduziu uma alteração qualitativa na avaliação das acções que consubstanciam essa conflitualidade e, sobretudo, na estruturação dos mecanismos de resposta, designadamente os centrados no instrumento militar.

Existe assim uma reflexão confrontada com uma dupla perplexidade, que tem de encarar um fenómeno violento mal definido e, outra, que procura mecanismos de resposta para uma realidade que permanece difusa quanto aos contornos que materializam essa violência, uma nova ameaça que é fluída e imprecisa.

A conjuntura estratégica actual adoptou um conceito alargado de segurança que a vê como um dos fins da Política, constituindo preocupação permanente e objectivo último a atingir e a garantir. Elege-o como um objectivo multidisciplinar, caracterizado em termos psicológicos pela ausência de percepção de perigo ou de ameaça, manifestando-se pelo ambiente de tranquilidade política interna e externa, que garante o normal funcionamento das instituições, possibilitando, quer a liberdade de acção política, quer o desenvolvimento sustentado e estimula a coesão e a adesão da comunidade a um projecto político de sociedade nacional.

Este conceito deixou de perseguir objectivos meramente centrados nos interesses nacionais vitais, sejam os ligados à soberania dos Estados, sejam os ligados à defesa do território e mostra-se, na actualidade, mais exigente quanto à evolução dos factores de insegurança internacional e de potenciais crises, procurando preveni-las ou obstar ao seu agravamento, quer através de uma postura estratégica preemptiva, quer através da sua gestão. Essa acção aposta na coordenação de políticas sectoriais, exigindo aos mecanismos de força militares e de segurança interna, uma maior versatilidade que lhes permita actuar em domínios que, no passado, não constituíam sua preocupação.

Estamos assim perante um desafio, que envolve a capacidade para encarar novas ou outras ameaças, reformular a organização dos instrumentos militares e melhorar a sua capacidade de combate.

A conflitualidade actual, para além daquela que se pode designar pela guerra tradicional entre actores, utilizando apenas armas convencionais, passou a englobar o terrorismo de carácter catastrófico, pela dimensão das suas consequências e o confronto assimétrico, abrangendo aquilo que até agora se designava por guerra irregular (o antigo conceito de terrorismo, a insurreição, as acções levadas a cabo por um inimigo não convencional) e as ameaças capazes de desorganizar ou pôr em causa o actual conceito de sociedade e liberdades individuais e, ainda, o uso de tecnologias capazes de afectar a sociedade de informação e o ciberespaço, as acções de guerra química, biológica, nuclear e radiológica.

O ACTUAL SISTEMA INTERNACIONAL

Quando analisamos a nova conflitualidade, esta não pode ser dissociada das características mais determinantes do actual Sistema Internacional. Nesse domínio, não poderemos deixar de ter em conta uma nova percepção do espaço, no que diz

respeito à organização das unidades políticas e à aplicação da acção estratégica.

A visão multidimensional de Cohen sobre o espaço - horizontal, quando contemplado do ponto de vista da forma (as suas características morfológicas, dimensão e recursos), vertical, quando avaliado através das interacções de objectivos, leis e processos político-económico-culturais, com o homem nesse espaço geográfico e, também, temporal, quando se considera as acções recíprocas dos elementos vertical e horizontal, em cada momento - ampliou-se, na actualidade, para uma avaliação estratégica do espaço cósmico e do ciberespaço.

A explosão da informação a nível planetário constitui novo paradigma da sociedade internacional e deu origem à comunidade da informação, lançando mão de um novo recurso estratégico, cuja utilização não o desgasta, antes o amplia e passa a ser inequívoco factor de poder.

O espaço cósmico e o ciberespaço transformam-se, indiscutivelmente, num grande espaço de aplicação da acção estratégica resultante de uma tríplice revolução conceptual - o fim da distância, a integração multimédia em tempo real e a interactividade, que agudizam, no quadro das relações internacionais, as implicações das Leis da Interdependência e da Complexidade Crescente.

Também no domínio da aplicação da acção estratégica, a tecnologia ultrapassou a barreira da decepção, quer da noite ou da camuflagem, quer dos ambientes fechados, através da análise dos espectros radiológicos e electrónicos.

A associação de unidades políticas em torno dos seus interesses político-económico-culturais e também de segurança, dão origem a fronteiras, também elas diversificadas, não necessariamente coincidentes, mas que materializam espaços de inserção estratégica a merecer atenção especial para cada um dos actores que o integra.

Uma outra característica determinante do actual sistema internacional decorre da existência de uma única potência com capacidade global de intervenção, capaz de ganhar todas as guerras, embora na actual situação do Iraque revele, uma notória incapacidade para consolidar a paz, mas que se assume na cena internacional como um polo de poder determinante.

A sua postura estratégica materializada numa atitude neo-conservadora, também já designada por "Doutrina Bush", fundamenta a sua estratégia nacional de segurança através da afirmação do interesse nacional, no domínio externo, com uma teorização em quatro pilares: ideológico, decorrente de um idealismo ligado à superioridade moral dos EUA, a um sentimento nacional de missão "messiânica" de proeminência planetária, que garanta a paz, a democracia e a expansão da liberdade; político, unilateralista, baseado em valores e interesses, com eventual recurso a guerras preemptivas que garantam a sua segurança nacional; económico, através da primazia industrial e económica dos EUA sobre as outras potências industriais existentes, com controlo dos

recursos estratégicos e com uma eventual intervenção nos mercados financeiros; militar, através de uma inequívoca superioridade, apoiada numa capacidade tecnológica que permita a surpresa estratégica e garanta uma "pax americana".

Esta atitude estratégica da potência dominante não pode deixar de ter implicações no funcionamento e capacidade de intervenção no sistema por parte de organizações internacionais, assumidas no passado como referenciais da legitimidade internacional, como sejam a ONU e a OSCE e coloca novos desafios à OTAN e à UE.

Paralelamente, o apelo à solidariedade e a procura da manutenção da capacidade de intervenção da ONU, estimulam a disponibilidade política da Comunidade Internacional para intervir no quadro de operações humanitárias e de apoio à paz, com vista a concretizar o quadro de prevenção de conflitos, gestão de crises e reconstrução, previsto na Agenda para a Paz.

Igualmente resultante da associação dos actores internacionais em espaços político estratégicos, também de cariz económico e de segurança, configuram-se grandes espaços de afirmação estratégica em cada um daqueles domínios, em alguns casos, visando simultaneamente a Segurança e o Bem Estar, ou demonstrando uma efectiva capacidade de actuação global, caso da EU, mais política e da OTAN, mais militar.

Essas construções constituem-se como agregadoras de unidades políticas diversas, quanto à dimensão do seu potencial estratégico, gerando uma actuação sinergética na concretização dos chamados interesses comuns, que leva a que as unidades políticas de menor capacidade estratégica tenham de ter presente um novo processo de coacção não militar, mas de carácter político ou sistémico, que implica uma permanente atitude negocial de concertação, com vista à progressão da organização numa dada direcção, seja política, económica ou de segurança.

Perante este cenário, coloca-se aos actores internacionais nessas organizações a necessidade de, em função dos objectivos comuns, serem capazes de definir os limites do que para cada um deles é desejável ou aceitável, num debate que não os deixará de envolver e, mais do que isso, procurar a sua contribuição e participação assim como a assunção das correspondentes responsabilidades, resultantes do consenso que vier a ser obtido.

Outra realidade da conjuntura estratégica actual e factor do sistema internacional com que nos confrontamos, decorre dos movimentos migratórios, das transformações na coesão social das sociedades, no seu carácter multicultural e nos desafios das "megapolis" que se vão constituindo, com todas as implicações de resposta dos poderes políticos, relativamente a domínios diversos, como a segurança, o desenvolvimento, a assistência social, o saneamento, o efectivo abastecimento aos diversos níveis, etc.

Se a este aspecto associarmos a capacidade orçamental efectiva dos estados para lhe dar resposta, o aumento permanente das solicitações sociais (face aos empenhamentos

declarados), conjuntamente com os valores anunciados pela sociedade e pelo estado, nem sempre convenientemente assumidos ou garantidos, introduz-se um factor de desilusão e de descrédito, que constitui motivação de comportamentos desviantes, os quais constituem também peças da conflitualidade com que hoje nos confrontamos.

Também geradores de tensão e de novos alinhamentos emocionais e sociais são os estímulos que resultam do choque entre a crise do estado soberano, que se revela incapaz de responder aos anseios identitários e de justiça e à dinâmica estruturada dos novos grandes espaços, que desvalorizam fronteiras físicas, animados pela mundialização dos mercados e da informação, pela revolução tecnológica e que criam uma sociedade global, transnacional, aberta a fidelidades horizontais que prevalecem, por vezes e em situações concretas, sobre as fidelidades verticais ao estado nacional.

O dinamismo das organizações transnacionais não governamentais é uma consequência da atitude desta sociedade civil transnacional, que faz com que mais rapidamente aquelas organizações recebam a sua adesão, do que muitas vezes o próprio estado, quando este coloca solicitações para situações semelhantes. A recente evidência verificada quanto à diferença de respostas dadas às ONG e aos estados na catástrofe do tsunami no Sudeste Asiático é bem a expressão da sua influência internacional no actual sistema e a sua capacidade de mobilização junto da Comunidade Internacional.

O impacto dos "media" nas decisões políticas é outro facto que não pode ser ignorado. Contudo, importa ter em consideração que a realidade da conjuntura estratégica actual dificilmente pode ser condensada em notícias de telejornal, pois a análise dos acontecimentos exige uma abordagem cuidadosa e multidimensional dessa realidade.

No entanto, é necessário ter presente que os "media" trazem à opinião pública os acontecimentos em tempo real, provocam o impacto da sua visualização e, face à compressão e interligação dos níveis de decisão político, estratégico, operacional e táctico, provocam inequívoca pressão no processo de decisão político-estratégica e na reacção das opiniões públicas, internas e externas, que pressionam o poder político no sentido de "uma resposta", muitas vezes sem se saber qual.

Todas estas considerações conduzem à avaliação do impacto da globalização no actual sistema internacional e nos sentimentos que geram na comunidade internacional, os quais balançam entre o desenvolvimento, que tarda em ser uma evidência e as situações de exclusão que permanecem e, em certos casos, se ampliam. Estas reacções negativas são também elas polarizadoras das fidelidades horizontais, de crescentes tensões sociais e alargam o universo de descontentes e críticos, disponíveis para acções de contestação potencialmente mais amplas e mais violentas.

AS CARACTERÍSTICAS DA NOVA CONFLITUALIDADE

Relativamente ao carácter violento da Comunidade Internacional e às características da conflitualidade actual têm de ser considerados aspectos que decorrem da natural evolução das sociedades e que são contraditórios. Por um lado, o aumento e peso dos imperativos políticos, legais e morais, que apelam para a contenção da força, para o respeito das liberdades, dos direitos humanos, dos valores da democracia e para o apelo às operações humanitárias e, por outro, a proliferação de tecnologias que ampliaram a capacidade de destruição.

Paralelamente assiste-se à crescente acção de intervenção por parte do crime organizado; à fractura entre unidades político-radicais de índole ideológica ou religiosa; à competição pelos recursos escassos, como a água e o petróleo; ao aparecimento de estados falhados que criam oportunidades para conflitos internos ou de âmbito regional, sendo refúgio e apoio para o terrorismo, a par de outros actores com regimes autoritários, baseados em personalidades, que fazem do poder militar e em especial da posse de armas de destruição maciça, a base do seu poder e da sua afirmação no contexto internacional.

Neste contexto, o terrorismo e a proliferação de armas de destruição maciça constituem a preocupação maior e materializam a ameaça mais premente e mais provável da conjuntura estratégica actual e configuram um quadro conflitual, em que estados fracos, párias ou falhados e actores não estatais podem, apesar da irracionalidade do processo, adoptar novas estratégias e capacidades assimétricas, num ambiente de afirmação ou choque de interesses na cena internacional, fora do quadro do normal relacionamento entre actores.

Este ambiente parece propiciar condições estratégicas para o aumento de actores que procuram o acesso e posse de armas de destruição maciça, a par de uma crescente postura interventiva da Comunidade Internacional, que procura uma legitimidade internacional, para além do tratado NPT, que garanta a contenção dessa proliferação.

Essa contenção da proliferação, para além das tradicionais armas químicas, biológicas e nucleares, passou a contemplar também, na actualidade, as capacidades radiológicas, as tecnologias de lançamento de mísseis, a biotecnologia, os explosivos convencionais de alta intensidade e a afectação de forma gravosa do ciberespaço, as chamadas acções de ciberterrorismo.

Esta conflitualidade, que em termos de dimensão e actores envolvidos, está muito abaixo daquela que foi a referência dos grandes conflitos na Europa ou na Coreia, apresenta-se com maior frequência ao nível dos pequenos conflitos, de carácter regional, a exigir numerosas acções de intervenção coerciva por parte da Comunidade Internacional, com grande empenhamento político e participação das

opiniões públicas, exigindo um carácter multidimensional e multidisciplinar quanto às resposta a dar, em que a simples superioridade convencional evidenciada não é solução segura para a resolução da situação em causa e cujo desfecho, muitas vezes, não é temporalmente previsível.

Caracteriza-se assim, essa conflitualidade, por um significativo crescimento das ameaças, traduzidas em acções violentas não convencionais; no terrorismo; na proliferação de armas de destruição maciça e na interligação de capacidades inesperadas com fins, também eles, não ortodoxos. As áreas urbanas e terrenos difíceis (zonas desérticas, a selva ou regiões montanhosas), as linhas de comunicação terrestres e marítimas, as áreas de retaguarda e também o espaço aéreo e ciberespaço, são o campo de batalha preferencial para aquelas acções. Também o factor psicológico, decorrente da ameaça/possibilidade destas acções é peça da estratégia directa e tem como alvo a mente humana e a perturbação dos normais comportamentos e liberdades nas sociedades democráticas.

Quanto aos actores intervenientes nestas acções, merecem especial atenção as milícias à ordem de "senhores da guerra", ou forças convencionais utilizadas de forma não convencional, forças para-militares com preparação avançada no quadro das operações especiais, forças de guerrilha e irregulares, "snipers", atentados suicidas, terroristas, anarquistas, grande criminalidade organizada, cientistas radicais e hackers, muitas vezes estimulados por dirigentes radicais, políticos ou religiosos.

A Internet, os "media" e as telecomunicações são também vias e campo de actuação gravosa, através da utilização das ciberferramentas, dos vírus, das armas de radiofrequência e do eventual efeito EMP. Como patamar último, importa considerar o significado e implicações do possível emprego das armas de destruição maciça.

O CONFLITO ASSIMÉTRICO

Face ao que temos assistido no domínio deste comportamento violento no quadro internacional, o confronto assimétrico caracteriza-se por acções conduzidas por actores, estados, quase estados, ou não estados, com vista a ultrapassar ou negar capacidades do oponente, pondo ênfase na afectação/agravamento das vulnerabilidades percebidas; utiliza meios não habituais, que ponham em causa valores distintos ou antagónicos, levando a cabo estratégias não tradicionais, empregando capacidades não convencionais ou não ortodoxas, para atingir os seus fins. Em todas as acções é patente a disponibilidade do agente da aplicação desta acção estratégica, para correr todos os riscos, incluindo a auto-destruição.

Nestes confrontos a primeira avaliação que deve ser feita tem a ver com a natureza da assimetria e esta manifesta-se quanto aos interesses, aos valores e ao

empenhamento posto na prossecução dos mesmos e também, relativamente às estratégias adoptadas e tácticas empregues. Outros aspectos têm igualmente a ver com as capacidades e tecnologias disponíveis, com a forma de organização e o próprio quadro de oportunidades que se afigura para o desencadear destas acções.

Como contraponto deve ter-se presente que as sociedades desenvolvidas e democráticas manifestam uma aversão natural à violência, às baixas e aos efeitos colaterais, sendo extremamente sensíveis às reacções das opiniões públicas, interna e externa. Manifestam ainda uma grande relutância política e social para o envolvimento em conflitos de longa duração e significativa violência. Temos então aqui uma reflexão de fundo, a necessitar ser bem ponderada quando nos confrontamos com a determinação de actores que apostam nas acções assimétricas como meio para atingir os seus objectivos.

Neste domínio, para o conflito assimétrico há objectivos que são assumidos como vitais, enquanto outros os vêem apenas segundo uma óptica da sua protecção; simultaneamente há uma desintonia entre aquilo que é negociável ou inegociável e a disposição moral para se pagar qualquer preço pela causa em consideração.

Estamos também perante actores que se regulam por um quadro diversificado quanto à cultura, valores e comportamentos, com extremos que se situam entre os valores ocidentais da tolerância e da democracia e o total desrespeito pela Norma ou Direito (Interno ou Internacional) e, em pólo último, os extremismos radicais, com uma atitude de completa ausência de consideração pelo valor da vida humana e uma total disponibilidade para causar ou sofrer elevado número de baixas, com uma forte crença no pós morte e na recompensa divina e, ainda, com uma diferente perspectiva ou preocupação, quanto ao peso ou importância das opiniões públicas, designadamente a ocidental.

A ameaça assimétrica pode ser abordada segundo quatro áreas de reflexão - a utilização de capacidades tecnológicas de forma inesperada, empregando tácticas não convencionais; a afectação do ciberespaço, desenvolvendo acções de Guerra de Informações e pondo em causa a segurança dos "data" e da capacidade C2W; o acesso e utilização de forma igualmente não convencional, das chamadas tecnologias militares de baixo custo, "cheap high-technology"; e por último, a eventual utilização de armas de destruição maciça.

A tecnologia referida está acessível, podendo ser adquirida, quer pela integração de uma economia que se desenvolve a nível global, quer pelo tráfego ilícito (material nuclear, dioxinas, tecnologias sensíveis), sendo este o panorama da proliferação de armas de destruição maciça que, na próxima década, tem de ser considerado e, para a qual, os regimes de contenção não se afiguram seguros para evitar um aumento da multipolaridade neste domínio, podendo englobar, para além dos estados párias,

actores não estatais ou "networks", constituídas pelo crime organizado, sejam os cartéis da droga ou as máfias.

Este tipo de actuação conflitual pode advir de estados falhados ou actores não estatais, para os quais importa reconhecer que têm objectivos, por vezes de oportunidade e aos quais, como se referiu, não é fácil negar-lhes o completo acesso a tecnologias, potencialmente gravosas. Assistimos ainda, a que essa actuação pode ocorrer em moldes descentralizados ou não centralizados, onde é difícil caracterizar a sua organização ou mesmo definir se esta existe.

Esse comportamento indicia que poderemos estar apenas perante uma figura de comando ou controlo delegado, mais configurado numa "holding", que apenas faz a gestão/publicidade dos resultados, eventualmente dissemina recursos financeiros, que aposta numa estrutura celular autónoma, que substitui a ausência de organização estruturada por uma actuação ocasional, determinada pela motivação e em função de objectivos de oportunidade.

As sociedades avançadas oferecem vários objectivos que são rendíveis à utilização da imaginação, de capacidades não esperadas, ao seu emprego de forma inovadora e à concretização de acções violentas, com total frieza e indiferença quanto às consequências. Esses objectivos podem surgir da avaliação de pontos fracos do alvo, seja em termos de menor protecção, seja por ser vulnerável à utilização de novas tecnologias ou capacidades inesperadas. Muitas vezes a motivação advém do fanatismo, do desespero ou da irracionalidade, esta desenvolvida, nesses actores, quer por erro de avaliação, quer decorrente de uma análise pouco clara ou incompleta, no âmbito das informações, face ao quadro estratégico, o que torna ainda mais difícil, quer a detecção, quer a neutralização das ameaças.

Há por assim dizer uma atitude "operacional", em que os actores pretendem deter a iniciativa quer naquele domínio, quer a nível político, remetendo o opositor para uma atitude defensiva, deixando-lhe apenas a reacção aos acontecimentos.

O confronto assimétrico manifesta-se através de uma assimetria não só em capacidades, mas também em interesses. Relativamente às capacidades, o autor que lança mão desta iniciativa disfarça a sua incidência e violência, por forma a evitar que o antagonista encontre uma justificação para empregar o seu potencial estratégico na plenitude, inclusive de forma preemptiva.

Quanto à assimetria dos interesses, a mesma tem a ver com a avaliação que cada uma das partes faz dos objectivos que pretende alcançar ou defender, incluindo o seu carácter qualitativo, importância e localização; esta assimetria dos interesses, manifesta-se também pelo facto de que muitos dos objectivos possíveis, ligados a esses interesses poderão estar "para além do horizonte", relativamente ao espaço nacional do actor considerado e constituem-se como alvos de oportunidade, seja por maior

exposição, seja por estarem menos defendidos ou por constituírem efectivamente, o "ponto mais fraco" no contexto geral.

Perante este cenário, a estratégia do conflito assimétrico consiste em tirar partido dos pontos fracos de um adversário mais forte, utilizando capacidades inesperadas ou empregando-as de forma não convencional. Estes pontos fracos decorrem, não só da possibilidade de afectar símbolos e centros do Poder, mas também de situações críticas ligadas à projecção de forças a longas distâncias, da constituição de "staging areas" para forças multinacionais, da necessidade de parceiros e de constituição de coligações para um conflito de carácter regional e ainda da aversão das opiniões públicas às baixas e aos efeitos colaterais.

A grande atracção deste conceito assimétrico, para quem lança mão dele em termos operacionais, é o carácter do efeito desproporcionado que pode ser obtido, quer por desígnio/acção quer por negligência e as respectivas consequências, traduzido em grandes destruições e num elevado número de baixas; o carácter catastrófico das acções, que em número de baixas, destruição e implicações globais, alterou qualitativamente esta assimetria conflitual, em que desapareceram os limites éticos ou materiais para as potenciais acções a desencadear, abrindo caminho ao emprego de meios diversificados de destruição, incluindo as armas de destruição maciça.

Este confronto, de que o terrorismo catastrófico constitui paradigma especial, apenas terá como limite as efectivas capacidades que possa utilizar, o segredo necessário para manter a sua liberdade de acção e a protecção da sua rede, através da redução da exposição dos seus intervenientes, apoios e capacidades e a contenção mínima, que garantam os "sectores" sociais e a opinião pública que queiram continuar a atrair para a sua causa.

O 11 de Setembro de 2001 marca o momento do "antes e depois", que caracteriza o actual terrorismo; mas é também real a percepção, face às tecnologias passíveis de serem utilizadas no domínio da violência, que uma arma de destruição maciça não é indispensável para infligir um enorme dano político, psicológico e também económico, a um grande poder.

Esta atitude, associada a um eventual acesso a armas de destruição maciça, podem causar danos de uma dimensão superior ao 11 de Setembro, perspectiva que coloca enorme pressão psicológica nos governos, pela dificuldade em exercer o controlo e resolução dessas situações e evitar uma dramática perda de confiança e credibilidade, quer nos líderes políticos, quer nas instituições e na capacidade de resposta dos instrumentos do estado.

Quando se considera a ameaça de utilização de armas de destruição maciça, no quadro do conflito assimétrico, mais do que a vulnerabilidade das forças militares presentes em teatro, são os símbolos do poder, os objectivos civis e as populações que

podem ser sujeitas a esse tipo de ameaça ou de ataque e o comportamento adverso neste domínio, com vista a obter nítida vantagem operacional, ou ganhos políticos.

A análise do conflito e da ameaça potencial deve ser feita a partir da avaliação histórica das "disputas", dos seus objectivos, das personalidades envolvidas, da natureza das sociedades em conflito, da sua determinação, dos seus aspectos culturais, militares, étnicos, estruturais, económicos, industriais, educacionais, religiosos, apoios externos, recursos e capacidades convencionais e não convencionais, etc.

Capaz de provocar alguma erosão na estratégia de dissuasão destas acções é o facto de por vezes existirem dúvidas quanto à determinação política de um actor em usar o seu potencial militar para, de forma preemptiva, evitar ou neutralizar uma ameaça ou mesmo uma resposta a uma acção concreta, contra um actor sem base territorial firme, mas cuja utilização abrangerá populações e infra-estruturas, que não merecem qualquer respeito ou preocupação para o agressor inicial.

Nos estados párias os regimes implantados preocupam-se pouco ou nada, com os seus próprios concidadãos e instrumentos militares, pelo que a ameaça de acções retaliatórias pode não funcionar como estratégia de dissuasão para eventuais aventuras por parte daqueles dirigentes políticos.

Actores com armas de destruição maciça, que sigam estratégias assimétricas com base na demonstração da sua posse e potenciais estratégias de emprego, agudizam o risco de "precepção errónea dos acontecimentos/procedimentos". Acções destinadas a provocar receio/dúvida, com vista a obter ganhos políticos, podem levar a outra parte a usar os seus meios, com vista a eliminar uma ameaça indesejada ou um adversário odiado.

A falha no controlo da proliferação e a admissão da posse de armas de destruição maciça num estado pária, pode levá-lo, com base no reconhecimento da sua existência, a utilizar essa capacidade, de forma limitada, mais política do que militar, criando um clima internacional de preocupação, que conduza ao debate, negociação e eventuais ganhos políticos (seja no domínio da segurança do regime, seja no campo da ajuda humanitária ou/e ao desenvolvimento).

Contudo, um outro actor mais arrojado, disposto a correr riscos mais elevados poderá ser levado a procurar objectivos mais ambiciosos, o que, criando uma maior preocupação pelas consequências desta actuação associada à posse de várias armas de destruição maciça, poderá conduzir a um comportamento de resposta por parte da Comunidade Internacional, que aumente exponencialmente o risco de confrontação e da escalada. Uma atitude agressiva, por parte do actor que lança mão deste tipo de actuação, pode levar a uma escalada de procedimentos estratégicos que acabe no conflito aberto.

Nessas circunstâncias, a resposta necessária à neutralização desta ameaça poderá

ter significativos custos, quer em baixas e efeitos colaterais sobre o agressor, o que pode também, afectar ou pôr em causa o apoio político e material para essa acção, quer da comunidade internacional, quer da própria coligação que eventualmente se tenha constituído.

A resposta à proliferação assumida até 1993-1994, passou de uma atitude internacional, liderada pelos EUA de "não-proliferação", para uma outra mais interveniente, que podemos designar por "contra-proliferação", materializada em 1998 pelos bombardeamentos ao Iraque, face à sua recusa de desarmamento e levada a cabo sem o prévio consentimento do Conselho de Segurança da ONU. Os recentes desenvolvimentos internacionais, relativos ao Irão e à Coreia do Norte, são claros exemplos desta atitude, na fase actual, expressa num "discurso político-militar" dos EUA, que se confronta com um "discurso político-legal" dos europeus.

O ESPECTRO DO CONFLITO ACTUAL

Várias têm sido as avaliações feitas ao conflito aberto numa perspectiva crescente da intensidade da violência e dos meios empregues. Contudo, o fenómeno da proliferação de armas de destruição maciça, a par da alteração qualitativa do terrorismo, o seu carácter transnacional e catastrófico e a diversidade de acções violentas multifacetadas que caracterizam o conflito assimétrico, permitem novas abordagens para esta análise.

A adopção do conceito de assimetria conflitual, conforme atrás foi descrito, abre outras possibilidades de análise e graduação da resposta, tendo em conta as realidades da conjuntura estratégica actual.

O presente quadro constitui uma das abordagens possíveis, procurando relacionar acções violentas com mecanismos de resposta e identificar pontos de transição de um grau para outro; julga-se igualmente importante associar nesta apreciação as acções de resposta, servindo também estas para caracterizar a transição de um nível para o nível mais exigente ou mais perigoso, por exemplo, quando as unidades militares ultrapassam o emprego referido no primeiro degrau, estaremos no segundo, quando num teatro de operações foi empregue uma arma de destruição maciça, imediatamente estamos em ambiente de conflito de alta intensidade.

Na organização deste espectro do conflito, teve-se em consideração a diversidade de acções assimétricas que podem ser desenvolvidas, não esquecendo o seu carácter prolongado e cumulativo, à medida que se avança para maiores níveis de intensidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio que se coloca aos instrumentos militares da actualidade é que já não chega estar pronto, ou seja, dispor da organização, treino e meios para combater a próxima guerra, mas sim procurar em simultâneo, responder à Revolução dos Assuntos Militares e da Transformação e preparar-se para a guerra, que virá depois da próxima.

Como dizia uma citação chinesa, "desenganem-se os que acham que a actual Revolução dos Assuntos Militares se desenvolverá ao ritmo e na direcção determinada pelos EUA".

Subjacente a esta afirmação está o sentimento de incerteza e o reconhecimento que a iniciativa e as características das acções assimétricas, não estão do nosso lado e que a procura da surpresa e do inesperado por parte dos actores que a utilizam, são uma constante.

É necessário criar as condições para antecipar as ameaças assimétricas através da informação estratégica, não esperando que as mesmas se concretizem e que obriguem a fazer funcionar os mecanismos de gestão das consequências. O combate a esse tipo de ameaças e essa atitude estratégica, constitui o fundamento da atitude preemptiva de actuação e inclui o combate à proliferação, ao terrorismo e às capacidades, no âmbito da "Information Warfare".

Aos mecanismos de resposta exige-se que sejam capazes de derrotar ameaças convencionais com carácter simétrico ou dissimétrico, derrotar as acções hostis levadas a cabo por estados falhados ou párias, em que o radicalismo e o fanatismo constitui a essência do seu comportamento no seio do sistema internacional, a capacidade para negar a utilização e/ou perturbação de novos espaços de aplicação estratégica, espaço cósmico e ciberespaço, assim como o acesso a tecnologias ligadas às armas de destruição maciça, guerra biológica, nuclear e radiológica.

Por último, é necessária a capacidade para derrotar as ameaças assimétricas, o que exige um grande esforço na área da informação estratégica, uma cooperação internacional alargada, com um carácter multidimensional, que possa conduzir a coligações com vista a determinadas acções operacionais.

Igualmente é necessária uma acção concertada ao nível das Organizações Internacionais, que permita estabelecer políticas e leis comuns, que possam prevenir e tratar o fenómeno, a par da criação de uma mentalidade de cooperação entre forças militares e forças de segurança, que tire partido das suas capacidades, em função das ameaças percebidas, com carácter supletivo e que introduza sinergias de actuação naquelas instituições e propicie a coordenação interministerial.

BIBLIOGRAFIA

Cordesman, Anthony H. e Burke, Arleigh A. - The Lasting Challenge. A Strategy for Counterterrorism and Assimetric Warfare, CSIC, 30 November 2001.

Garfield, Andrew - Assymmetric Battlefield - King's College, London 2002.

Roberts, Brad - Assymmetric Conflict 2010 - IDA Document D-2538.

Stevenson, Jonathan - Counter-terrorism: Containment and Beyond, IISS, Adelphi Paper 367, 2004.

Walter, Wiliam - Weapons of Mass Destruction and International Order, IISS, Adelphi Paper 370, 2004.

GENERAL JOSÉ LUIZ PINTO RAMALHO

PRESIDENTE DA LIGA DA MULTISSECULAR AMIZADE PORTUGAL- CHINA

THE BELT AND ROAD INICIATIVE", OPPORTUNITY TO PROMOTE INTERNATIONAL COOPERATION ON CYBERSPACE

Firstly, I would like to thank you for the kind, Invitation to participate in this Conference and for the honor and privilege to have the opportunity to express some ideas about the subject. In fact, enlarged cooperation is indispensable, which can consolidate a worldwide vision that may contribute and reinforce the relationship of a global society capable of sharing in future on Cyberspace. We are living now in a new civilizational stage, in which global communication technologies bring communities closer, overcome cultural diversity, change the way to communicate and relate to others, compact time, space and information and are deeply changing our societies. It is not possible to ignore this reality, and the demand of our adaptation is a daily challenge. We have to focus on the challenges of the Digital Revolution, of the technological and information leap, which means to associate Global Information and Internet to Artificial Intelligence and to the potentialities of 5G networks. Ending last year, Putin stated, quoting Mackinder that concerning the developments related to Artificial Intelligence, "Those who become leaders in this field of knowledge will rule the world". A new international order is in the process of consolidation, not yet stabilized. These are the only safe aspects, the recognition that the former order is no longer valid, the new paradigm is unstable, change is accelerated "information" is a new strategic resource that turned the political speech into action. Information is nowadays recognized as the most valuable strategic resource. As more information is used, as greater knowledge and innovation we get. Global Information Technologies have brought their strategic impact also to this dimension. It is also clear that the fields for application of National Power, besides Land, Sea and Air, have been enlarged to the cosmic space and cyberspace. The current international strategic environment has recognized the importance of a safe continuous use of cyberspace and outer space in their multiple domains to the use of information and "access" to data of multidisciplinary nature, provided by satellite. Their availability and safety must be permanently ensured. In this international environment the challenges for global safety, derived from violence, are identified. We need to add the risks emerging from factors that unbalance the ecosystem and from climate changes, those connected to the evolution of technology, and the new "virus" – biological, technological and informatics, which can generate pandemic diseases and decisively affect cyberspace. The weather changes, responsible for global warming, have been adding a higher strategic importance to the Arctic region, where we can predict a competition for hydrocarbons, natural gas, but also natural resources, like rare-earth elements indispensable to information technologies, as well as the outbreak of new navigation sea routes. Concerning space, there are national objectives that include the return to the Moon and the intention of reaching Mars. Besides the increasing commercial use, it is also recognized the importance of information from satellite, like "intelligence", safe communications, weather forecast, GPS and real time data supply. It is also necessary to control the constant increment of small dimension satellites, such as LEO (Low Earth Orbit) with an altitude of hundreds of Km with purely commercial purposes. This, combined with the already existing "debris" makes their collision probable, even a chain collision of satellites of other nature. Therefore, technological development is expected in the domain of AI, and in the 5G technology, for a new, more efficient and effective functioning of new computer applications, and communications of fifth generation, increasingly ambitious, in quantum computing capabilities, nanotechnologies, hypersonic speed and autonomous vehicles, high performance medicine, potentialities of ICT and, defence industries. Therefore, a technological development is expected in the domain of Artificial Intelligence, in cloud and quantum computing capabilities, Internet, IoT, nanotechnologies, composite materials, "fuel cells", hyper speed and potentialities of Information and Communication Technology (ICT). Simultaneously, it is recognized that efforts have been made for Research and Development, to achieve capabilities to act in the area of AI, in the civilian and military domains, gathering in these projects the Biotechnology, Computers and Cognitive and Behavioural Sciences. The 5G technology is fundamental for a new, more efficient and more effective functioning of new computer applications, more demanding in terms of speed and volume of data, deep learning or Big data, for mobile communications of fifth generation, increasingly ambitious, and in particular in terms of AI, quantum computing, robotic, biotechnology, autonomous vehicles, high performance medicine and, necessarily, defence industries.

AI is present in all domains of our society and every day a new application is announced or suggested. AI is a synonymous of progress and materializes a strategic rupture with procedures and behaviours of the past information society and that constitutes a field for strategic competition, a race for technological, economic and military superiority. Even the most sceptical and critical recognize in AI a unique capacity to treat Information, to compare data collected by satellite constellations, including the analysis of the traffic existing in the "dark Web". They also alert to the risks of a marketing that does not respect private life and citizens' rights and which permits the proliferation of "fake news", manipulating interests and consciences and even election results. Regarding these challenges and potentialities, we have been reassured by the optimistic ones that the development of AI will be made according

to very strict principles such as: respect for international rights and human rights, for the maintenance of an adequate human control and for the permanent responsibility of those in charge. In fact, if we accept that in the future, Science will be developed without any conscience and Technology may evolve without any values, without the presence of human factor in the control of AI and with the transference of decision making to an Algorithm, we will be alienating Power and transferring it to any other entity and loosing situational control. We believe in the existence of a worldwide shared responsibility, in the construction of a future community, where the present and the future generations will be guided by a universalist vision of inclusion and that will not allow that the deep sea, the polar regions, space and cyber-space may be new areas of competition and struggle and that, on the other hand, it may be possible to create a balanced and supportive participation in world governance. We follow the challenge launched by President Xi-Jinping in 2013, the "Belt and Road Initiative", with three main purposes: promote development; share infra-structures, be a factor to promote local and international stability and peace. During the visit of President Xi-Jinping to Portugal, last December, the two countries agreed to reinforce the Global Strategic Partnership Portugal-China, to increase the level of development of their relationship, by the signature of seventeen documents of bilateral cooperation, in the domain of the "One Belt one Road Iniciative", including a wide range of sectors like connectivity, energy and digital. Regarding the latter, a Memorandum of Agreement was signed between two Portuguese and Chinese companies – MEO and Huawei – for accelerating the development and capacitation of 5G networks in Portugal, in order to grant a qualitative reliable increase in the access to mobile broadband network and communications. We support the vision that international community must work together, for the development of technology, innovation of the emerging sectors and modernization of the traditional ones, based on a policy of cooperation that enables mutual advantageous relationships, the "Win-Win concept", that ensures a fair and generous sharing of benefits. I conclude my presentation wishing that this Conference may be an opportunity to find new areas of cooperation in the digital and cyberspace domains and that it may be a relevant contribution for the development, the promotion of international stability and vitality to the project "One Belt One Road Initiative".

Thank you very much for your Attention!

---

* Este texto serviu de base para a intervenção do Autor na "6.ª Conferência Mundial da Internet" (*The 6th World internet Conference* -WIC), realizada de 20 a 22 de Outubro, na República Popular da China, na cidade de Wuzhen. A intervenção ocorreu no Sub Forum "Working Together to promote Co-sharing and Co-Governance in Cyberspace". Foi inicialmente publicado na Revista Militar nº 2614 - Novembro de 2019. Agradecemos à Revista Militar a sua republicação.

JÚLIO PEREIRA

EX-SUBDIRETOR-GERAL DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA (SIS) E SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP, JURISTA E INVESTIGADOR, PRESIDENTE DO ICODEPO

REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS DE MACAU E HONG KONG

Para dar uma panorâmica do significado e importância das Regiões Administrativas Especiais da República Popular da China (RPC) impõe-se uma breve alusão aos antecedentes históricos que levaram à respectiva criação.

Como lembra Percy Cradock, diplomata e sinólogo britânico que teve papel fundamental no relacionamento entre o Reino Unido e a China entre 1966 e 1993, a história da China moderna é em boa parte a história de tentativas frustradas de dar resposta ao objectivo de modernização, que emergiu no século XIX, e cujo primeiro sinal foi o movimento "auto-reforço", lançado em 1861 .

A China da segunda metade do século XIX estava porém presa a instituições e práticas políticas que tinham como objectivo essencial a preservação do poder manchu e, já no século XX, os primeiros anos da República, inicialmente numa situação de dispersão dos centros de poder e posteriormente envolvida em guerras civis, com a guerra sino-japonesa de permeio, também não propiciou a concretização do projecto de modernização.

Este processo deu efectivamente os primeiros passos com a fundação da RPC mas soçobrou ao radicalismo político e deterioração das relações com a União Soviética, pouco após a conclusão do primeiro plano quinquenal.

Um novo programa foi anunciado em 1975 por Zhou Enlai 周恩来, nos termos do qual deveria a China encaminhar-se para a modernização da agricultura, da indústria, da defesa nacional e da ciência e tecnologia, por forma a elevar a economia, até ao fim do século, ao primeiro patamar do ranking mundial . Esta posição foi tornada pública numa fase transitória de acalmia política, de claro ascendente

dos elementos moderados do partido comunista, após o período conturbado da Revolução Cultural. Todavia a saúde de Mao Zedong 毛泽东 era frágil e a doença e posterior desaparecimento de Zhou Enlai propiciaram a retoma do radicalismo.

Após o falecimento de Mao, foram afastados da liderança política os quadros mais radicais, designadamente o chamado bando dos quatro, a que se seguiu a reabilitação dos elementos da ala pragmática do partido, com destaque para Deng Xiaoping 邓小平, factos estes que abriram definitivamente o caminho para a modernização do país.

MAS COMO?

A China era após a revolução cultural um país com enormes carências, com um aparelho produtivo praticamente desmantelado, sem capital, sem quadros, sem tecnologia. Em ruptura com a União Soviética e merecedora de profunda desconfiança por parte do ocidente, qual o caminho a seguir?

Deve dizer-se que anteriormente a Deng Xiaoping, Hua Guofeng 华国锋, presumível herdeiro de Mao, tinha elaborado um programa ambicioso de modernização, com acentuadas semelhanças com o primeiro plano quinquenal. Só que, sustentado em hipóteses e não em estudos cientificamente credíveis, sem capitais e sem se poder contar com o apoio técnico e financeiro da União Soviética, quase todos os responsáveis especialistas nas questões económicas o consideraram inviável. O próprio Deng Xiaoping foi sobre o mesmo consultado, ainda antes de ter sido politicamente reabilitado e foi de idêntica opinião.

O processo de modernização avançou de facto e com todo o vigor a partir do final de 1978 logo que, na sequência da terceira reunião plenária do XI comité central, ocorrida em dezembro desse ano, Deng Xiaoping assumiu de facto as rédeas do poder.

É de salientar que o processo que se iria seguir teve acentuadas semelhanças, sob o ponto de vista da estratégia de desenvolvimento económico, com o ocorrido com a penetração das potencias ocidentais na China, a partir de meados do século XIX, na sequência dos designados "tratados desiguais", que feriram gravemente o País do Meio no cerne da sua soberania, facto que ainda hoje é fator de desconfiança no relacionamento da China com os países ocidentais.

Neste período, para além da cedência de Hong Kong ao Reino Unido, os principais portos foram abertos ao comércio e o mesmo aconteceu ao longo dos principais rios e zonas costeiras de toda a China, daí resultando um enorme incremento da actividade económica, cujas vantagens reverteram essencialmente para as potências que aí exerciam a sua influência.

Um processo com manifestas semelhanças ocorreu a partir de 1980. Ele iniciou-se também no sul, em Hong Kong, com o pedido de capitalistas patriotas chineses para

serem autorizados a investir os seus capitais na vizinha província de Guangdong. Tudo obviamente concertado com os líderes políticos reformadores, entre os quais o primeiro secretário do partido comunista em Guangdong, Xi Zhongxun 习仲勋, pai do actual Presidente Xi Jinping 习近平, que naturalmente incentivou tais propósitos. Assim começou uma nova invasão. Em que a China se deixa invadir pela modernidade, mas num processo por si controlado e que começaria pela criação de zonas económicas especiais, nas proximidades de Hong Kong, Macau e Taiwan, que posteriormente se expandiram a outras zonas costeiras, regiões abertas ao investimento estrangeiro, que inicialmente se instalam no litoral, mas que a partir de meados dos anos 80 se foram ampliando, inicialmente também nas zonas costeiras, posteriormente com diferentes designações e objectivos, no interior e zonas fronteiriças.

A proximidade das Zonas Económicas Especiais de Macau, Hong Kong e Taiwan, com o que tal propiciava de entrada de capitais, tecnologia e novos métodos de gestão, atraiu os primeiros investimentos por parte dos designados "capitalistas patriotas" que dariam confiança aos restantes investidores. Conquistados sucessivamente os investidores de Singapura, Japão e Taiwan seguiu-se depois o processo que é de todos conhecido.

Para dar uma ideia do que isto representou em termos económicos direi apenas, e aqui citando dados fornecidos pelo antigo vice-presidente Li Lanqing, que no intervalo de 30 anos (1977-2007) o PIB da China subiu de 470 biliões de yuan para 25 triliões. Ou seja, a China de 2007 produzia numa semana aquilo que a China de 1977 produzia num ano.

O facto de a RPC ser hoje a segunda economia mundial prevendo-se que ainda nesta década ou na próxima venha a tornar-se a primeira, é suficientemente revelador do que foi a evolução do país nos anos subsequentes, em resultado da política de reforma e abertura e da solução "um país dois sistemas".

A política "um país dois sistemas" é o produto mais elaborado do génio criativo de Deng Xiaoping. Ponto nodal de uma política de abertura e modernização, está no centro da construção de uma China nova, permitindo simultaneamente a ultrapassagem de um legado semicolonial, a manutenção de uma pujante praça comercial e financeira e traçando um rumo para a concretização da unificação nacional, modernização e afirmação da China como potência global.

Reformulando um processo que havia humilhado a China durante o designado período semi-feudal semi-colonial, num outro que lhe viria a conferir a actual pujança económica e influência política, os territórios de Macau e Hong Kong passam a Regiões Administrativas Especiais e as antigas zonas de concessões às potências estrangeiras convertidas em zonas económicas especiais ou regiões abertas ao investimento estrangeiro.

COMO FOI CONCRETIZADO O PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS ESPECIAIS?

A manutenção do status de Hong Kong e obviamente também de Macau era uma preocupação da China, sendo certo que a mera integração de ambos os territórios na RPC poderia conduzir ao colapso das suas economias e comprometer os objectivos nacionais traduzidos na política de reforma e abertura. Havia portanto que encontrar uma solução que preservasse a situação existente, o que exigia desde logo uma base jurídica, em sede constitucional. Até porque o sucesso ou o insucesso destes processos teriam importantes consequências relativamente à questão magna para as autoridades chinesas, que era a confiança para os investimentos nas vizinhas zonas económicas especiais e também a unificação com Taiwan.

A constituição da RPC foi alterada por forma a dar cobertura jurídica a esta solução, com a consagração em 1982, no seu artigo 31.º da possibilidade de o Estado estabelecer, quando necessário, Regiões Administrativas Especiais, cujo sistema seria determinado por lei aprovada pela Assembleia Nacional Popular, à luz de condições específicas.

Num segundo momento havia que negociar com o Reino Unido e Portugal a transferência de administração dos territórios de Hong Kong e Macau. Neste processo a dificuldade maior era com o Reino Unido, que sempre considerou Hong Kong como uma colónia, o que para o processo não era irrelevante dado que a própria China se opôs a que Hong Kong e Macau fossem incluídos pelo comité de descolonização da ONU como territórios a descolonizar, assumindo a China que se tratava de questões internas chinesas. A posição inegociável da China em assumir a plena soberania sobre Hong Kong até ao ano de 1999, o facto de nesse mesmo ano terminar o prazo de arrendamento dos Novos Territórios e o interesse em manter a atractividade de Hong Kong enquanto praça comercial e financeira, não deixou alternativa ao Reino Unido que não fosse também a de negociar a transferência de poderes para a China.

Essa questão não se colocou relativamente a Macau uma vez que, na constituição portuguesa de 1976 ficou expressamente consagrado que Macau era território chinês sob administração portuguesa. Ultrapassada a questão da soberania, subsistia apenas a questão da administração.

A implementação da política "um país dois sistemas" ganhou pois base legal com a constituição de 1982 e os processos que levaram à criação das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong (RAEHK) e de Macau (RAEM) iniciaram-se com as declarações conjuntas sino-britânica e luso-chinesa sobre o futuro Hong Kong e de Macau, assinadas em 19 de Dezembro de 1984 e 13 de Abril de 1987, respetivamente.

Seguiu-se a aprovação da Lei Básica de cada uma dessas Regiões, a da RAEHK

aprovada em 4 de Abril de 1990 e a da RAEM, em 31 de Março de 1993, assim se dotando as futuras Regiões Administrativas Especiais do necessário instrumento jurídico que lhes reconhecia e garantia a autonomia, bem como os direitos dos residentes, ao mesmo tempo que se estabeleciam os parâmetros dentro dos quais deveria ser continuada a política do período de transição, para que a transferência de poderes decorresse de forma suave e sem quaisquer embaraços.

Os aspectos mais sensíveis que se colocavam às futuras Regiões Administrativas estavam associados à nova tipologia de organização política, relações com o governo central e também com a execução do artigo 23.º das leis básicas de ambas que, impondo às Regiões Administrativas o dever de produzirem, por si próprias, leis proibindo actos de traição à pátria, de secessão, de sedição, de subversão contra o Governo Popular Central e de subtracção de segredos do Estado; leis proibindo organizações ou associações políticas estrangeiras de exercerem actividades políticas nas Regiões Administrativas Especiais, e leis proibindo organizações ou associações políticas das Regiões de estabelecerem laços com organizações ou associações políticas estrangeiras amputava, segundo alguns, a autonomia legislativa das Regiões e era susceptível de fazer perigar alguns dos direitos dos seus residentes.

Embora o balanço respeitante às Regiões Administrativas Especiais seja claramente positivo, deve reconhecer-se que nem tudo decorreu como previsto no que diz respeito a Hong Kong.

Os problemas começaram ainda no período de transição com as reformas de 1994, 1995, implementadas pelo então governador Chris Patten, designadamente no que diz respeito ao sistema eleitoral, não apenas pelo facto de tal reforma contrariar o que havia sido acordado entre o Reino Unido e a China, mas principalmente pela polarização política que a partir daí se foi gerando em Hong Kong, o que conduziria a uma efectiva incapacidade por parte da Região em dar efectiva execução ao mencionado art.º 23.º da Lei Básica e a situações de grande conflitualidade social, nomeadamente em 2014 e com episódios de muito maior gravidade em 2019, deste vez tendo como pretexto a alteração da legislação respeitante a extradição.

Centrando-nos na RAEM podemos dizer que a transição foi um episódio feliz. Quando alguém escreve um livro procura que ele termine da melhor maneira. Eu lembro aqui um livro escrito pelo antigo MNE e vice-primeiro ministro chinês, Qian Qichen 钱其琛 que, centrando a obra em dez episódios da diplomacia chinesa, dedicou o último capítulo exactamente ao processo de transição de Macau. Alguém poderá dizer que se Qian Qichen, que representava China, considerou o processo muito positivo, o mesmo não aconteceu na perspectiva do outro negociador, ou seja, Portugal. Em circunstâncias normais assim poderia ser. Há todavia que ter em conta que este foi um processo diferente sob muitos aspectos. Primeiro porque a China

queria demonstrar uma transição não traumática, com vista a completar um processo de unificação nacional, no continente, e também para dar uma ideia do que deveria ter acontecido em Hong Kong; segundo porque o problema de Macau já tinha sido depurado do problema político mais sensível, com o reconhecimento por Portugal de que Macau era território chinês; terceiro porque Macau não foi devolvido mais cedo à China, em circunstâncias semelhantes ao ocorrido com os episódios de descolonização, porque a China percebera que tal não era nem do seu interesse nem do interesse de Macau. Julgo até que reconheceu algo que deveria ter sido reconhecido mais cedo por nós próprios: que também não era do nosso interesse. Finalmente porque não existiam problemas políticos complexos, à semelhança do que ocorrera com Hong Kong. Bem pelo contrário, os problemas existentes em Macau eram exactamente aqueles que não existiam na colónia britânica e que tinham a ver essencialmente com a localização dos quadros, da língua e das leis, que foram sendo superados até à data da transferência da administração.

A forma como decorreu o processo de transição em ambos os Territórios explica a nosso ver as razões pelas quais as autoridades da RAEHK não conseguiram dar execução ao art.º 23.º da Lei Básica, cuja tentativa de implementação colapsou logo em 2003, processo que todavia foi bem sucedido, em 2009, na RAEM.

Diga-se desde já que, não obstante a reservas formuladas relativamente ao mencionado artigo 23.º, a respectiva execução em Macau, através da lei n.º 2/2009, de 2 de Março, se traduziu num diploma equilibrado e que eliminou os aspectos que mais controvérsia suscitava aquele artigo, principalmente no que respeita às tipificações penais e proibição de ligações entre associações políticas da região e organizações ou associações políticas estrangeiras e a proibição de exercício de actividade políticas na região por parte de associações ou organizações políticas estrangeiras.

Todavia, os anos de 2019/2020 viriam a ter um enorme impacto na situação das Regiões Administrativas Especiais, designadamente em HK.

Não é possível compreender as mudanças que viriam a ser operadas especialmente em HK sem uma alusão à situação da RPC.

A China tem vindo a enfrentar um ambiente externo hostil ou de desconfiança por parte dos seus principais parceiros comerciais, principalmente por parte dos Estados Unidos mas também da União Europeia.

Embora as acusações de proteccionismo e espionagem económica, que não sendo únicas são as de maior relevo, já venham de longa data, elas acentuaram-se com a divulgação em 2015 da estratégia "Made in China 2025", fixando metas de modernização industrial principalmente nos domínios das novas tecnologias da informação avançadas; máquinas-ferramentas automatizadas e robótica; equipamento aeroespacial e aeronáutico; equipamento marítimo e transporte marítimo de alta

tecnologia; equipamento moderno de transporte ferroviário; veículos e equipamento de novas energias; equipamento elétrico; equipamento agrícola; novos materiais e produtos biofarmacêuticos e médicos avançados.

No fundo essa estratégia antecipa aquilo que haveria de ser consagrado e divulgado na resolução de 11 de novembro de 2021, adotada na sexta reunião plenária do 19.º comité central do partido comunista sobre as maiores realizações e experiência histórica do partido no último século, que engloba também uma estratégia até ao ano de 2050 e que, no domínio económico, se pode resumir em três vectores: fazer da ciência e tecnologia o pilar estratégico do desenvolvimento; evoluir de um crescimento de alta velocidade para um desenvolvimento de alta qualidade, tendo como objectivo fazer da China líder mundial em ciência e tecnologia.

Era compreensível que uma tal estratégia viesse a suscitar receios não tanto pela estratégia em si, que no essencial não difere da dos países tecnologicamente mais avançados, mas essencialmente pela capacidade de realização, de concretização e até ultrapassagem dos objectivos que a China tem revelado nas últimas décadas.

Daí o surgimento de reacções nos planos económico, diplomático e geopolítico, com destaque para as medidas de índole proteccionista, sancionamento de empresas por alegadas práticas de espionagem ou por violação ou tentativa de violação de sanções unilateralmente impostas, política de alianças na Região Ásia Pacífico, pressão diplomática para alinhamento pró ou anti-China em esspecial junto dos países da ASEAN e até politização da questão dos direitos humanos que, associada a propósitos alheios a esta questão em si, acaba por perder a relevância que merecia ter.

Num contexto destes não surpreende que a China tenha adotado a segurança nacional, entendida num sentido amplíssimo por forma a abranger praticamente todos os sectores da actividade do Estado, como primeira prioridade nacional.

Tal viria a reflectir-se numa nova abordagem por parte da China relativamente às Regiões Administrativas Especiais, que viria a ser explicitada, na já citada resolução, como jurisdição global (全面管治权) por parte do Governo Central nas Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, bem como na consagração do princípio do governo de Hong Kong e Macau por patriotas (“爱国者治港”、“爱国者治澳”).

No ano de 2019 assistiu-se durante meses em Hong Kong a manifestações, que assumiram proporções de violência que nunca tinham ocorrido, a pretexto de uma proposta legislativa sobre extradição. Essas manifestações continuaram mesmo depois de a proposta ter sido retirada tendo sido entendidas como resultado de interferência externa, numa tentativa de desestabilizar a Região e também a RPC, o que seguramente também aconteceu.

Na sequência disso O Comité Permanente da Assembleia Nacional Popular viria

a aprovar a Lei de Segurança Nacional da Região Administrativa Especial de Hong Kong, promulgada em 30 de junho de 2020, com imediata entrada em vigor, que objectivamente reduz a autonomia da Região Administrativa bem como os direitos fundamentais dos residentes, à luz da sua consagração na Lei Básica e também da Declaração Conjunta (designadamente do seu anexo I) que, não sendo de aplicação direta, é um tratado internacional que modelou aspectos relevantes da Lei Básica.

Aqui chegados impõe-se uma observação mais atenta dos reflexos que esta nova política do poder central teve na RAEM.

Pela Lei n.º 8/2023, de 29 de maio foi alterada a Lei n.º 2/2009, de 2 de março, relativa à defesa da segurança do Estado, que alargou o âmbito das incriminações nesta previstas, produzindo ainda alterações de âmbito processual e organizacional respeitante à segurança do Estado. Deve dizer-se que, diferentemente do ocorrido em Hong Kong, esta mudança não alterou aquilo que se pode considerar a matriz da lei anterior, nem prevê intromissões do poder executivo na competência dos tribunais, mantendo ainda a competência dos tribunais da Região para a apreciação de todos as causas criminais.

A questão que pode suscitar maior controvérsia é a presença na Comissão de Defesa da Segurança do Estado, criada nos termos deste diploma, e no seu serviço de execução, de um assessor e de técnicos para os assuntos de segurança nacional, nomeados pelo Governo Popular Central.

Até agora os efeitos do novo ambiente político fizeram-se apenas sentir na exclusão dos candidatos na última eleição para a Assembleia Legislativa, que nada teve a ver com a referida alteração legislativa mas com o mencionado princípio do governo de Macau por patriotas, sendo certo que nenhum outro evento do mesmo relevo assinala mudança significativa do ambiente social na Região. Cremos por isso que não existe qualquer fator que seja susceptível de perturbar o bom relacionamento entre Portugal e a República Popular da China bem como o relacionamento com a RAEM, como ficou demonstrado na recente visita do Chefe do Executivo da RAEM a Portugal, onde foi recebido e manteve diálogo com mais altos titulares dos cargos políticos.

Na verdade, Portugal tem uma relação especial com a China, que vai para além da parceria estratégica que se foi consolidando e aprofundando ao longo dos últimos anos. São quase 500 anos de história que unem os dois países, com uma presença continuada de Portugal em Macau durante 450 anos, situação única no vasto império chinês durante quase 300 anos, período em que Macau foi o grande interface cultural entre a China e o ocidente, papel que manteve, embora com menor importância, após o estabelecimento dos britânicos em Hong Kong.

Criada a RAEM, o potencial de cooperação entre Portugal e a China foi incrementado pela inserção desta Região na área da Grande Baía, que integra, para

além de Macau e Hong Kong, nove municípios da Província de Guangdong. A área da Grande Baía tem (segundo dados do Governo de Hong Kong respeitantes a 2022) uma população de 86 milhões de pessoas tendo o seu Produto Interno Bruto atingido, em 2022, mais de 13 triliões de RMB (1 810 205 538 298,86 USD). É seguramente a zona economicamente mais dinâmica e tecnologicamente mais evoluída da República Popular da China e pretende ser um hub internacional de inovação e tecnologia bem como uma base industrial globalmente competitiva.

No acordo quadro para aprofundamento da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau para o desenvolvimento da área da Grande Baía, assinado em 1 de julho de 2017 entre a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma, o Governo Provincial de Guangdong e os Governos de ambas as Regiões Administrativas Especiais ficou estabelecido, relativamente a Macau, que para além do seu desenvolvimento como centro global de turismo e lazer havia que promover de forma sustentada a diversificação da sua economia e fazer da Região uma plataforma de cooperação económica e comercial entre a China e os países lusófonos, bem como interface de cooperação cultural entre a China e outras culturas, papel este que tão bem foi desempenhado por Macau ao longo de séculos.

Impõe-se a este propósito mencionar que, nas cláusulas para renovação do contrato de jogo, em 2022, se impunha entre outras, a obrigação de investimento em áreas alheias ao jogo, tal como convenções e exposições, espectáculos de entretenimento, eventos desportivos, cultura e arte.

Neste contexto é oportuno recordar que em 2019 em entrevista à TDM e posteriormente, na qualidade de presidente do ICODEPO, em carta enviada ao Chefe do Executivo de Macau, sugeri a criação de um centro de sinologia, uma Academia Sínica ou Centro de Estudos Chineses, tendo por objecto a China, com especial ênfase para a sua história moderna e contemporânea, cultura, administração e política, devendo a vertente histórica ir tão longe quanto possível na investigação do papel de Macau que é internacionalmente pouco conhecido mas que foi de enorme relevância..

Tal academia deveria ser internacional (no sentido da sua abertura a estudantes, professores e investigadores de todo o mundo) contratando para professores, residentes ou convidados, os mais destacados sinólogos da RPC, EUA, Japão, Reino Unido, França, Espanha, Portugal, etc.. e ter por objectivo a excelência e ambição de se tornar uma escola de referência a nível mundial aventando-se que, dada a importância crescente da RPC, numa dezena de anos a Academia atingiria um ranking de qualidade que a tornaria auto-suficiente.

O investimento necessário para os primeiros anos de funcionamento poderia ser suportado pelas receitas da Região mas também, aventava-se ainda, por patrocínios da indústria do jogo dado que as próprias concessionárias teriam interesse na participação em acções de índole cultural, em benefício da sua imagem.

As mencionadas cláusulas para a renovação dos contratos tornam oportuna a retoma dessa sugestão. Com efeito, Macau também não quererá ser associada exclusivamente ao jogo. A criação de uma Academia que colocasse a RAEM no topo mundial da sinologia constituiria um projecto de grande valia cultural, cuja realização seria muito prestigiante para a República Popular da China, para a RAEM e para o governo da Região.

CONCLUINDO

Uma Região Administrativa Especial da área Grande Baía orientada entre outros objectivos para a cooperação comercial, económica e cultural com os países lusófonos é uma oportunidade única para Portugal. Aliás nenhum outro país, grupo de países ou região são mencionados no referido acordo quadro. Mas é também um enorme desafio já que, se Portugal se não envolver empenhadamente nessa cooperação, verá erodida a sua influência numa área importante do seu relacionamento estratégico, naturalmente em detrimento dos outros parceiros, convertendo em antagonismo aquilo que constitui uma grande oportunidade de cooperação com vantagens para todos os participantes.

Porto, 3 de Outubro de 2023
Júlio Pereira

CARLOS BRANCO

GENERAL-DE-BRIGADA, ANTIGO DIRETOR DA DIVISÃO DE COOPERAÇÃO E SEGURANÇA REGIONAL DO ESTADO-MAIOR INTERNACIONAL DA NATO, INVESTIGADOR DO IPRI E INVESTIGADOR ASSOCIADO DO IDN.

A CHINA E A INICIATIVA DE SEGURANÇA GLOBAL

No dia 21 de abril de 2022, durante a Conferência Anual do Fórum Boao para a Ásia, o presidente da China Xi Jinping lançou a Iniciativa de Segurança Global (ISG), apresentando publicamente o modo como Pequim concebia o seu papel na salvaguarda da paz e da segurança no mundo. Esclarecendo algumas ambiguidades, esse documento foi complementado, em fevereiro de 2023, por um concept paper **1** publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, onde eram fornecidos mais dados sobre o modo como a China tenciona interagir com o mundo.

Embora este artigo seja dedicado apenas à ISG, não podemos deixar de salientar a complementaridade da ISG com a Iniciativa de Desenvolvimento Global (IDG), um documento gémeo orientado para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), objetivos de desenvolvimento sustentável a serem alcançados até 2030, com base na premissa de que não existe desenvolvimento sem segurança e vice-versa. Na génese dos dois documentos subjaz a ideia de se obter a paz através do desenvolvimento. A conceção da ISG teve em consideração outras três iniciativas promo-vidas por Pequim, na última década, também elas orientadas para a Governança Global: a "Uma Faixa, Uma Rota", a IDG (já referida) e a Iniciativa de Civilização Global (ICG). Os quatro documentos complementam-se e fazem parte de um pacote de iniciativas de governança global coerentes promovidas por Pequim.

Conforme foi apresentada, a ISG encontra-se orientada para a promoção da segurança mundial baseada na salvaguarda do multilateralismo e na promoção do diálogo e da negociação como ferramentas primordiais na resolução de disputas e conflitos. Em matéria de segurança internacional, a ISG considera cinco pilares

principais para guiar a tomada de decisão e a implementação de políticas. A saber **2**: (1) a afirmação do protagonismo da Organização das Nações Unidas na resolução de conflitos; (2) a promoção de relações harmónicas entre as potências; (3) o encorajamento do diálogo e da negociação em cenários de crise; (4) o reconhecimento das ameaças à segurança, sejam elas tradicionais ou não-tradicionais; e (5) o apoio a iniciativas de construção de uma governança de segurança global.

A importância desta iniciativa justifica uma reflexão sobre a maneira como a ISG poderá vir a moldar o comportamento da China na arena internacional e o impacto que esse comportamento terá no processo de transição em curso da Ordem Mundial. Importa perceber de que modo pode Pequim contribuir ou não para a prevenção de conflitos armados. A reduzida reflexão sobre o tema apesar da sua relevância justifica este artigo. Dada a natureza preliminar do trabalho, as conclusões serão naturalmente provisórias, merecendo o tema uma análise posterior mais completa e aprofundada.

No discurso de abertura do 11.º Fórum Mundial para a Paz (julho de 2023), o vice-presidente chinês Han Zheng explicou o pensamento subjacente à criação da ISG**3**:"devemos trabalhar juntos para inaugurar uma nova etapa de desenvolvimento global equilibrado, coordenado e inclusivo, e promover a cooperação internacional para o desenvolvimento, melhorar o bem-estar das pessoas dos países participantes e consolidar a base social necessária à consecução da paz mundial".

Na clarificação da ISG avançada no concept paper (fevereiro de 2013) são identificados seis compromissos fundamentais: (1) manter a paz e a segurança mundiais utilizando uma visão compartilhada, abrangente, cooperativa e sustentável; (2) respeitar a soberania e a integridade territorial de todos os países, assim como os caminhos do desenvolvimento e do sistema social escolhidos por cada povo, observando o princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros países; (3) observar os propósitos e os princípios da Carta da ONU e rejeitar a mentalidade da Guerra Fria, o unilateralismo e a política de blocos e de grupos rivais; (4) levar a sério as legítimas preocupações de segurança de todos os países, defender o princípio da indivisibilidade da segurança, construir uma arquitetura de segurança equilibrada, eficaz e sustentável, em que os países não procurem aumentar a sua segurança à custa da insegurança dos outros; (5) resolver as diferenças e disputas por meios pacíficos através de diálogo, apoiar todos os esforços conducentes à solução pacífica de crises, e rejeitar o abuso de sanções unilaterais; e (6) conciliar a defesa da segurança tradicional e não tradicional, para enfrentar conjuntamente desafios globais como conflitos regionais, terrorismo, mudanças climáticas, segurança cibernética e biológica, entre outros.

Muito longe dos tempos da Guerra Fria em que Pequim incluía na sua política externa o apoio aos movimentos de libertação, a China defende agora uma abordagem completamente nova, apelando a uma relação entre Estados baseada nos princípios

da carta das Nações Unidas e na coexistência pacífica, indicando quais os princípios em que deverá assentar a nova Ordem Mundial.

A ISG afirma o protagonismo da ONU na resolução de conflitos, apela à promoção de relações harmónicas entre as potências, encoraja o diálogo e a negociação em cenários de crise, e apoia a iniciativa de construção de uma governança global, sem sugerir a possibilidade da China vir a tornar-se na nova nação indispensável. Olha, acima de tudo, para o mundo em desenvolvimento e para o Sul Global mais recetivo a desenvolver relações de proximidade com Pequim.

A tentativa de a China mediar o conflito na Ucrânia e o acordo entre o Irão e a Arábia Saudita são exemplos de como Pequim pensa atuar na resolução dos conflitos regionais e globais, tendo em vista a manutenção da paz e da segurança mundiais.

No primeiro caso, a China apresentou uma proposta de princípios em que se deveria basear uma solução política para o conflito, os quais replicavam os princípios em que assenta a ISG. Embora não se tivesse chegado a um processo de mediação, Pequim não perdeu a oportunidade para marcar pontos e evidenciar as suas preocupações, com os olhos postos no Sul global ao qual dedica uma particular atenção.

A abordagem surtiu efeito no segundo caso. Em março de 2023, Pequim mediou um acordo histórico entre o Irão e a Arábia Saudita, que deu início a retoma de relações diplomáticas entre os dois arqui-inimigos, suspensas desde 2016. A ação diplomática chinesa conseguiu que os dois países conseguissem ultrapassar as suas rivalidades aproximando simultaneamente as duas nações líderes das comunidades sunitas e xiitas e os dois Estados mais importantes e poderosos do Médio Oriente. As consequências desta ação no conflito do Iémen foram imediatas.

Para o diplomata chinês Wang Yi, esse acordo representou o início do papel construtivo da China como uma grande nação de referência na resolução de problemas globais refletindo os termos e os princípios propostos pela ISG, a serem seguidos pela política externa chinesa, tornando-a um ator incontornável na cena internacional em matéria de paz e segurança.

Mas, na verdade, o acordo entre Riad e Teerão representa muito mais daquilo que Wang Yi afirmou. Produziu danos estratégicos colaterais não desprezíveis, ao promover o papel das potências locais na definição dos destinos da região, atribuindo-lhes um protagonismo que não tinham do antecedente, em detrimento da importância estratégica dos EUA no Médio Oriente. A ausência de Washington no diálogo para o restabelecimento de relações entre um dos seus maiores (ex)aliados e um dos seus maiores rivais no Médio oriente representou uma derrota diplomática dos EUA.

Parece que os princípios de política externa enunciados na ISG orientados para o compromisso de interesses, aplicados ao caso do Médio Oriente, não constituem uma retórica inútil.

"… enquanto os EUA procuravam desenvolver uma estratégia de contenção militar e política, agravando mais as tensões entre as duas potências do Golfo Pérsico, os chineses procuraram estabelecer consensos para a normalização das relações [entre os dois países]. Como consequência, o desfecho positivo das negociações chinesas representa mais um desafio à hegemonia de Washington na região – que já havia sido colocada em xeque com a intervenção russa na Guerra da Síria – e estabelece a China como uma fiadora da estabilidade regional, que goza da confiança dos Estados e é percebida como um agente legítimo nos seus esforços pacificadores…" **4**.

A abordagem à resolução de conflitos proposta pela ISG começa a dar frutos. Foi para Pequim que a conferência islâmica-árabe olhou para discutir uma possível solução política para o conflito israelo-árabe, agudizado pelos acontecimentos de 7 de setembro de 2023 **5**.

O conceito de ISG articulado em fevereiro de 2023 vem apresentar uma abordagem às relações internacionais alternativa à norte-americana fornecendo o enquadramento doutrinário orientador da atuação do Estado chinês. A ISG não estabelece uma centralidade de atuação geográfica numa área específica do globo, embora refira medidas concretas a considerar em cada região do globo.

A ISG visa também parametrizar os termos da ordem multipolar que se encontra em construção e que irá rivalizar com o sistema de tratados, alianças e instituições lideradas pelos EUA. Mas isso não significa que Pequim pretenda alterar as regras em vigor na Ordem atual. O presidente Xi Jinping foi bastante claro sobre isso no seu discurso em Davos **6**, em 2017, reiterando essa ideia na mensagem enviada à reunião de 2022. Para Pequim, uma nova distribuição de poder e um novo arranjo de forças entre as potências não significa uma alteração das regras existentes.

Pequim pretende aumentar o seu poder nas instituições da Ordem reforçando a sua posição nas instituições que emergiram no final da Segunda Guerra Mundial, mas sem colocar em causa as instituições de Bretton Woods ou subverter os princípios do seu funcionamento como fizeram os EUA, em 1971, rompendo com o sistema de fixação de taxas de câmbio indexadas ao padrão ouro. É neste espírito que a diretora do FMI Kristalina Georgieva veio propor a reforma do Fundo dando um maior poder de voto à China, mais condizente com a sua contribuição.

Por outro lado, o reforço do poder de Pequim nas instituições da Ordem, não significa que não crie instituições, nomeadamente financeiras, que melhor sirvam os seus interesses estratégicos e onde tenha uma maior capacidade de intervenção. É subordinada a esta lógica que se deve compreender a fundação da Organização para a Cooperação de Shangai (OCS) e dos BRICS. Embora também trate de temas de cooperação económica e cultural, a OCS encontra-se orientada fundamentalmente para a cooperação no domínio da segurança com o objetivo de combater o terrorismo,

o separatismo e o extremismo, problemas que afetam os seus membros e a região onde se inserem.

Ainda subordinado a esse racional de autonomia, a China foi um dos fundadores dos BRICS, um agrupamento de países que tem vindo a expandir a sua influência a vários países do Sul levando-os a manifestar interesse em aderirem à organização. Os BRICS tornaram-se um rival geopolítico do G7, tendo o seu PIB agregado já ultrapassado o do G7. É no âmbito dos BRICS que surgiram, entre outras iniciativas de impacto estratégico relevante e que contribuirão significativamente para o rearranjo de forças atrás mencionado, o New Development Bank, o BRICS Continent Reserve Arrangement, e o Sistema de pagamentos dos BRICS. É subordinado a esse racional que Pequim fundou o Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) para financiar prioritariamente os projetos enquadráveis nos projetos da "Uma Faixa, uma Rota".

Independentemente de outras leituras e análises a fazer, podemos, desde já, concluir que a ISG e a IDG marcam claramente o modelo transformador da nova Ordem Global, representando a resposta da China ao processo tumultuoso de construção de uma nova Ordem e respetivo rearranjo de forças. Conjuntamente com a ICG, formam a base ideológica para desafiar o projeto hegemónico norte-americano.

NOTA DOS EDITORES:

Este artigo foi publicado na Revista Militar nº 2662 - Novembro de 2023, e é aqui republicado com o seu assentimento, que agradecemos.

BIBLIOGRAFIA

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República popular da China (2023). The Global Security Initiative Concept Paper.

https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html, consultado em 18 de novembro de 2023.

Ássimos, B., Castro, S. (2023). "Governança para a paz": a Iniciativa de Segurança Global chinesa e o acordo saudi-iraniano.

https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2023/04/07/governanca-para-a-paz-a-iniciativa-de-seguranca-global-chinesa-e-o-acordo-saudi-iraniano, consultado em 17 de novembro de 2023.

Brasil247 (2023). Soluções da China para segurança global em foco no Fórum Mundial da Paz. https://www.brasil247.com/mundo/solucoes-da-china-para-seguranca-global-em-foco-no-forum-mundial-da-paz, consultado em 19 de novembro de 2023.

Xi, J. (2022). President Xi Jinping's message to The Davos Agenda in full. https://www.weforum.org/agenda/2022/01/address-chinese-president-xi-jinping-2022-world-economic-forum-virtual-session, consultado em 17 de novembro de 2023.

1 https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjbxw/202302/t20230221_11028348.html

2 https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2023/04/07/governanca-para-a-paz-a-iniciativa-de-seguranca-global-chinesa-e-o-acordo-saudi-iraniano/

3 https://www.brasil247.com/mundo/solucoes-da-china-para-seguranca-global-em-foco-no-forum-mundial-da-paz

4 https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2023/04/07/governanca-para-a-paz-a-iniciativa-de-seguranca-global-chinesa-e-o-acordo-saudi-iraniano

5 No momento em que este texto foi escrito, encontrava-se em Pequim uma delegação ministerial composta por ministros dos negócios estrangeiros da Arábia Saudita, Jordânia, Indonésia, Egipto, Autoridade Palestiniana e o Secretário-Geral das Organização de Cooperação Islâmica para se debater uma possível solução política para o conflito israelo-palestiniano.

6 https://www.weforum.org/agenda/2022/01/address-chinese-president-xi-jinping-2022-world-economic-forum-virtual-session